

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**DISSERTAÇÃO**

**O MAR É MASCULINO?**  
**O TRABALHO DAS MULHERES NA MARICULTURA,**  
**PONTA DA ILHA/JURUJUBA, NITERÓI/RJ.**

**Patricia de Araújo Silva**



**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Instituto de Ciências Humanas e Sociais**  
**Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em**  
**Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**

**O MAR É MASCULINO?**  
**O TRABALHO DAS MULHERES NA MARICULTURA, PONTA**  
**DA ILHA/JURUJUBA, NITERÓI/RJ.**

**Patricia de Araújo Silva**

Sob a Orientação da Professora  
**Elisa Guaraná de Castro**

Dissertação submetida como  
requisito parcial para obtenção do  
grau de **Mestre em Ciências**, no  
Programa de Pós-Graduação de  
Ciências Sociais em Agricultura,  
Desenvolvimento e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ

Outubro, 2013

305.4098153      Silva, Patrícia de Araújo.  
S586m              O mar é masculino? O trabalho das mulheres na  
T                      Ponta da Ilha/Jurujuba/Niterói, RJ / Patrícia de Araújo  
                            Silva, 2013.  
                            76 f.

                            Orientadora: Elisa Guaraná de Castro.  
                            Dissertação – Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.  
                            Bibliografia: f. 71-75.

                            1. Gênero - Teses. 2. Trabalho - Teses. 3.  
Marisqueira(o)s - Teses. 4. Pesca artesanal - Teses. I.  
Castro, Elisa Guaraná de. II. Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências  
Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE**

**PATRICIA DE ARAÚJO SILVA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências** no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 22/10/2013

---

Elisa Guaraná de Castro, Dra. CPDA/UFRRJ  
(Orientadora)

---

Jorge Osvaldo Romano, Dr. CPDA/UFRRJ

---

Mariana Leal Rodrigues, Dra. UNIRIO

*Às marisqueiras e marisqueiros de Jurujuba  
pelo acolhimento, pelo aprendizado,  
pela insistência e resistência de viver do mar.*

*Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,  
humanamente diferentes e totalmente livres.  
Rosa Luxemburgo*

## AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que cabem aqui. E assim que é bom. A vida cercada de gente querida por todos os lados é mais bonita e bem melhor. Sou muito grata!

Começo pelos encontros em Jurujuba, cada um deles. Agradeço a motivação, o aprendizado, o carinho, os questionamentos, as portas abertas e os banhos de água fria, literais ou não. Abstenho-me de nomea-lo(a)s aqui, mas fica um abraço carinhoso para cada um(a). Foi um prazer imenso conhecê-lo(a)s, muito obrigada!

Outros tantos e importantes aprendizados devo à Elisa Guaraná, minha professora e orientadora nesse processo. Muito obrigada por me ajudar a ver tantas coisas. Pelo carinho das nossas conversas e pelas broncas também, pelo cuidado comigo e com o tema da pesquisa.

À Paula Ritter pelo encontro casual, pelos ensinamentos sobre Jurujuba e pelas inspirações de pesquisa.

Ao(a)s professore(a)s do CPDA sou grata por todas as trocas. À Claudia Job Schmitt, à Regina Bruno, ao Andrey Cordeiro, ao Nelson Delgado, ao Jorge Romano e ao John Wilkinson, pelos momentos divididos em sala de aula, pelas conversas e abraços pelos corredores. Sentirei saudades de vocês e também daquele(a)s cujas aulas não assisti: Leonilde Medeiros, Sérgio Leite, Raimundo Santos, Hector Alimonda e Débora Lerrer.

Aos participantes da banca agradeço o aprendizado da leitura criteriosa e sugestões preciosas: Jorge Romano e Mariana Leal Rodrigues.

À linda turma do mestrado de 2011. Que sorte a minha poder ter aprendido tanto com tanta gente diferente e de forma tão gostosa. Turma barulhenta, engajada e alegre - sou grata por todos os momentos. À Natália Almeida e ao José Renato Porto que inspiram amor e parceria, ao Pedro Campeão pelas conversas com ou sem domec, à Luciana Carvalho pela risada contagiante e pela companhia deliciosa que faz tanta falta, ao Gabriel Pereira pela doçura e pela revolução, à Teresa pela brabeza engraçada e pelas chances das diferenças possíveis, à Inês pela leveza, à Ariane Brugnhara pelos sorrisos e doçura, ao Marcos Bulhões pelas comidinhas deliciosas e o carinho que apoiaram a escrita. Ao Gemilson Segundo pelo colo aconchegante e pela confiança de todos os assuntos, é muito amor. À Damiana Campos, por trazer o sertão tão perto e por ser tão brilhante. À Michelle Ferreti pela parceria incondicional de cada momento. À Juliana Oliveira pela cumplicidade e amizade profunda.

Toda minha admiração pelas mulheres mais que lindas que vocês são. É muito aprendizado e muita alegria tê-las por perto! Sem vocês o processo não teria sido tão bom e tão divertido!

A(o)s amigo(a)s do programa pelas conversas esclarecedoras nas salas de aula ou nas mesas de bar, dos temas de pesquisa, das viagens, da greve, das ruas: Patricia Pinheiro, Josi Wedig, Sérgio Barcellos, Jaqueline Luz, Rômulo Castro, Marcelo Castañeda, Aline Maia, Maria Luiza Duarte e Fabrício Teló.

Aos funcionários do CPDA em especial ao Marcos Porto, Henrique Santos, Silvia Andrade e Ana Cabral pela ajuda, pela paciência e os cuidados de sempre.

Ao(a)s amigo(a)s de uma vida toda que mesmo longe inspiram sempre: Marcos Bernardes, Carolina Lima e Flora, Maria Luiza Camargo, Henrique Luís e Iara, Ricardo Luvizotto, Wilma Montagnoli e Gabriel e Melissa, Daniela Areco, André Soares e Ana Nascimento, Paulo Piluski, Wilson Cabral e Dariano Krummenaur. Ao Fabrício Gandini, também pela companhia da primeira ida até a praia em Jurujuba. E a Tatiana Walter por me apresentar o CPDA, me incentivar e ajudar a pensar o projeto, pela banca de qualificação – você tinha razão, valeu super a pena, muito obrigada. Meu amor por vocês é maior que a praia do Cassino.

Pela vida carioca e pela recepção por aqui: à Susanne Betinna, Marianna Bernardes, Jaque Pinheiro, Márcia Shoo, Keronlay Machado, Suely Noronha, Rossana Maurell, Hebert Gomes. À Ana Maria Quintela, em especial, pelos anos de casa compartilhada, de amizade profunda e convivência deliciosa e pela leitura cuidadosa deste trabalho.

Aos amigos e amigas de Hamburgo também tenho muito que agradecer: Vera Sagel, Ulrike Gatzke, Katharina Meiser, Liliana Jaques, Yorda Asghedom, Paola Capelo, Aida Ibrahim, Vassilis Tsianos, Jonas Berhe, Marcin Michalski, Lilian dos Santos, Carlos Berg, Pablo Martins, João Pedro Valinhos, Anderlene Silva, Carlucio Primo, Aboubacar N'Diaye...trouxe comigo muito do que aprendi com vocês. Como a gente sabe esse mundo não tem fronteiras e eu espero que em breve, aí, aqui ou em qualquer lugar a gente se reencontre. Sorte a minha que Astrid Kusser já está por aqui e que trouxe o Claudenico Ferreira junto com ela.

À minha família, meu porto alegre e seguro, pelo suporte incondicional. Ao Leandro de Araújo pela parceria de irmão sempre e a Luciana Oliveira que chegou para melhora-la, a Pamela Couto por me dar tantas alegrias nessa tarefa de dinda que me enche tanto de orgulho, ao recém-chegado Pedro que ainda nem peguei no colo, presente do amor do André de Araújo

e da Melissa, à minha dinda Maria Christina Araújo tão doce sempre, à Mayra Jacchieri por todas as histórias, à tia Edie Araújo pelo amor sem limites com que sempre me mima, à Isabel Nogueira pelos anos de cuidado e de atenção e pelas comidas deliciosas. Para os que já foram, pelo exemplo que deixaram: Antônia Volipiani, Maria Resch, Isidoro Araújo, Wanderley Araújo, Carlos Jacchieri, a saudade é dolorida, mas o amor de vocês segue me fortalecendo nas mais inúmeras situações. A todo(a)s o(a)s agregado(a)s que aumentam a teia com tanto amor e a(o)s que virão.

À minha mãe pelas raízes profundas e asas longas. Por sempre acreditar e apoiar cada um dos meus projetos e ser essa mulher tão batalhadora e inspiradora. Muito obrigada, mãe por todo o aprendizado e dedicação. Nada disso aconteceria sem você!

Ao José Laurindo Fraga que chegou ao final desse processo trazendo mais amor e carinho pra minha vida. Que nossa parceria seja cada vez mais doce e transformadora.

## **RESUMO**

Este estudo problematiza a divisão sexual do trabalho na atividade pesqueira artesanal, mais especificamente na maricultura do mexilhão (*Perna perna*) em Jurujuba, bairro de Niterói na Baía de Guanabara, estado do Rio de Janeiro. Da observação (e participação) na/da rotina de trabalho e dos relatos de sete marisqueiras e um marisqueiro, tem-se o pano de fundo da discussão que se propõe. Cada etapa que envolve a produção do mexilhão no cultivo será apresentada, ao mesmo tempo em que, histórias de vida nos trarão os elementos que tornam possível o entendimento de um complexo de relações de poder (e portanto, de gênero) que perpassam a atividade. Essa etnografia nos mostra momentos de vida no trabalho da produção do mexilhão que variam com as imprevisíveis condições de mar, mas também refletem ausências e violências que permeiam o cotidiano feminino nessa atividade. Essas últimas, ainda que nem sempre explícitas, respondem a uma ordem estabelecida, muitas vezes, previsível. A mesma que define o mar como masculino. Esse é um retrato de algumas mulheres da Ponta da Ilha, que talvez possa ser também o de outras pescadoras artesanais das periferias urbanas. O mar retratado aqui é bastante feminino ainda que possa não (a)parecer.

**PALAVRAS-CHAVES:** Gênero, trabalho, marisqueira(o)s, pesca artesanal.

**ÁREA DO CONHECIMENTO:** Ciências sociais aplicadas, outras sociologias específicas.

## **ABSTRACT**

This study focuses on the sexual division of labor on the artisanal fishery activity, specific on mussel's production in Jurujuba, in Niterói on Rio de Janeiro State. From the observation (and participation) on the daily work and life stories reported from seven fisherwomen and a fishermen, we have the scenario of the proposed discussion. Each stage that involve mussel's production will be presented, at the same time that life stories will give us elements that make possible to understand a complex of power relations (and therefore, gender) which perpasses the activity. This ethnography shows some aspects of their work life that vary with the unpredictable sea conditions, but also reflect absences and violences that permeate the daily life of the women in the activity. The last ones, even not always explicit, answer to an established order, many times, predictable. The same that defines the sea as male. This is a picture from some women in Ponta da Ilha, which maybe also the one from other fisherwomen in some suburb area. The sea reported here is female too even if it may not appear.

**KEY-WORDS:** Gender, labor, artisanal fishery, mariculture.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – O Bairro de Jurujuba, vista parcial.....	5
Figura 02 – Manifestação no centro do Rio de Janeiro em frente ao prédio da Petrobras – ago./2012.....	19
Figura 03 – Localização do bairro pesqueiro de Jurujuba, Niterói/RJ.....	25
Figura 04 – Área do cultivo de mexilhões vista de cima.....	28
Figura 05 – Mexilhões presos ao costão rochoso.....	34
Figura 06 – Baleeira.....	34
Figura 07 – Em busca de sementes.....	35
Figura 08 – Sementes sendo coletadas.....	35
Figuras 09 – Chegada ao costão.....	36
Figuras 10 – Chegada ao costão.....	36
Figura 11 – Retirada das sementes com escavadeira.....	36
Figura 12 – Retirada das sementes com escavadeira.....	36
Figura 13 – Sementes plantadas, penca.....	37
Figura 14 – O cultivo e a colocação dos espinhéis.....	42
Figura 15 – Pencas de mexilhão para o cozimento.....	45
Figura 16 – Madeira coletada para o cozimento.....	45
Figura 17 – Galões de cozimento.....	45
Figura 18 – Mesa para descascar.....	46
Figura 19 – Marisco cozido.....	47
Figura 20 – Marisco cozido e descascado.....	47

## **LISTA DE TABELAS/ANEXOS**

Tabela 01 – Relação do(a)s entrevistado(a)s.....	76
--------------------------------------------------	----

## SIGLAS E ABREVIATURAS

- AHOMAR – Associação dos Homens e Mulheres do Mar.
- ANP – Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras do Brasil.
- ALMARJ – Associação Livre de Maricultores de Jurujuba.
- ALMORJ – Associação de Moradores de Jurujuba.
- CEASA – Central de Abastecimento.
- CPP – Conselho Pastoral de Pescadores.
- ECOMAR – Associação de Estudos Costeiros e Marinhos.
- EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.
- FIPERJ – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro.
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- ICMBio – Instituto Chico Mendes para a Preservação da Biodiversidade.
- INEA – Instituto Estadual do Meio Ambiente.
- INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.
- MONA – Monumento Natural.
- MPA/PR – Ministério da Pesca e Aquicultura da Presidência da República.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente.
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
- RPG – Registro Geral da Pesca.
- SEAP/PR – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República.
- SEDRAP – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca de Niterói.
- SIE – Serviço de Inspeção Estadual.
- SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
- SPU – Secretaria do Patrimônio da União.
- UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- UFF – Universidade Federal Fluminense.

## NOTAÇÕES

*itálico no texto* – falas/categorias dos atores locais

“aspas duplas” – conceitos/categorias de autore(a)s citado(a)s

‘aspas simples’ – grifo da autora

\*\*\* – mudança de tema dentro de um mesmo tópico

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO I – M: DE MAR, DE MULHER E DE MEXILHÃO</b> .....	12
1.1. A pesca artesanal urbana: um modo de vida ameaçado.....	12
1.2. Usos e desusos da zona costeira urbana: a pesca artesanal na Baía de Guanabara.....	16
1.3. Abordagens de gênero: mulher, gênero e transversalidade.....	19
1.4. O mar, a maricultura e as marisqueiras da Ponta da Ilha.....	23
<b>CAPÍTULO II – A PRODUÇÃO DO MEXILHÃO E O TRABALHO DAS MULHERES NA PONTA DA ILHA, JURUJUBA, NITERÓI/RJ</b> .....	32
2.1. A espécie.....	32
2.2. Coleta.....	33
2.3. Cultivo.....	39
2.4. Beneficiamento.....	44
2.5. Venda.....	47
2.6. O trabalho das mulheres.....	49
2.6.1. Trabalho familiar.....	51
2.6.2. Acesso a direitos: “ <i>Pra mim conseguir o defeso foi uma luta!</i> ”.....	57
2.6.3. Território.....	61
2.6.4. O ‘sexo’ do mar.....	63
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	69
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	71
<b>ANEXOS</b> .....	76

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de um primeiro exercício etnográfico de uma oceanógrafa que ao aprender sobre os mares se interessou mais pelos seus povos e seus modos de vida. Trocou de portos algumas vezes e se tornou feminista na Alemanha, no porto de Hamburgo, nas margens do Rio Elbe, trabalhando com meninas e mulheres migrantes em projetos de educação e direitos humanos.

Foi no “velho continente” também que vivenciei – como latina, mulher e migrante – não necessariamente nessa ordem, preconceitos e violências específicas pela primeira vez. Havia, portanto, alguns determinados lugares e condições que essa sociedade parecia ter reservado para mulheres com o meu perfil. Sem que eu pudesse dissociá-los, a necessidade de negação e contraposição aos mesmos foi me tornando cada vez mais feminista. O status de estudante universitária certamente me dava oportunidades, no sentido de SEN (2001), que necessitava para transpor (algumas) barreiras e me recolocar. Para os alemães preconceituosos isso era integração, pra mim, era uma luta diária e eu não precisava me adequar para fazer parte, pois não havia nada de errado comigo, nem tampouco com as mulçumanas (com ou sem burca), nem com a segunda ou terceira geração de mulheres migrantes de qualquer outra parte do mundo.

De volta ao Brasil e bastante confusa ancorei no porto de Santos, meu porto seguro, e lá voltei a ter contato com pescadore(a)s artesanais no Guarujá. Ouvi atentamente as histórias que contavam sobre a rotina de trabalho em meio a tantos navios e a dragagem que aprofunda o canal para ampliar, ainda mais, o já maior porto do país. Estava me reaproximando da oceanografia e o meu olhar era outro. Conheci as mulheres no beneficiamento, salgando e vendendo o camarão em condições bastante precárias. Enquanto eu (re)aprendia códigos esquecidos (ou reprimidos) e me reintegrava - agora sim, era reintegração - a questão tema deste trabalho ia tomando forma.

Por fim escolhi a Baía de Guanabara para viver e a pergunta: ‘O mar é masculino?’ era a mais importante. Infelizmente ela cabe aos portos das cidades onde vivi e tantas outras onde a pesca artesanal é hoje ameaçada pelo crescimento urbano, pela especulação imobiliária e pela poluição. Escolhi Jurujuba, mas poderiam ter sido outros tantos lugares. Entender que as pescadoras e os pescadores artesanais destes locais têm seus modos de vida ameaçados é a inquietação intrínseca à questão trazida aqui.

Mesmo que a temática de gênero tenha ampliado seu espaço em distintas esferas e a discussão na pesca artesanal conte com importantes contribuições dentro e fora da academia (MANESCHY, 2012), o tema merece destaque. Longe das estatísticas oficiais<sup>1</sup>, as pescadoras atuam nacionalmente na Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras do Brasil (ANP) e se, por um lado seguem tendo sua invisibilidade forçada, por outro aparecem à frente de Colônias de Pesca, Associações e em plenárias de discussão.

Nas atividades diárias do trabalho na pesca artesanal elas sempre estiveram presentes e, agora, vão se fazendo ouvir pautando demandas específicas, construindo e fortalecendo a categoria à medida que se reconhecem fazendo parte da mesma, ainda que em posição subalterna. Esta pesquisa relata parte da realidade do trabalho de mulheres na Ponta da Ilha/Niterói, mas não há dúvida que traz aspectos de outras comunidades pesqueiras da nossa imensa e conflituosa linha de costa.

Não se pode hoje pensar na atividade pesqueira urbana sem levar em consideração, os processos de ocupação do território costeiro, assim como escolhas de modelos de cidade que já não comportam o(a)s ‘tradicionais’ pescadore(a)s. Se antes ele(a)s viviam nas praias, agora perdem espaço para hotéis, resorts, portos ou são expulso(a)s pela especulação imobiliária. Somam-se a isso conflitos de uso de águas costeiras, onde grupos de pescadore(a)s atuam, e pequenos barcos navegam lado a lado a grandes navios dos mais variados tipos, perdem suas áreas de pesca para o turismo ou para o petróleo e recebem o ônus maior das suas águas poluídas.

Mesmo com tantos entraves de natureza socioambiental, em analogia aos agricultore(a)s familiares, são o(a)s pescadore(a)s artesanais que produzem boa parte do pescado que comemos. Do trabalho da produção familiar é que vem a nossa comida. Parece um paradoxo que seu(ua)s trabalhadore(a)s estejam cada vez mais suscetíveis a golpes de mercado e irresponsabilidades ambientais, as quais pagam sempre o maior preço, mas é uma escolha. Assim como ‘definir’ que o mar é masculino.

Maneschy (2012) remete a maior visibilidade social e política das mulheres no setor pesqueiro artesanal ao aumento das inscrições nas organizações representativas da classe,

---

<sup>1</sup> No site do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA ([www.mpa.com.br](http://www.mpa.com.br)) – a busca por pescadoras nos documentos oficiais é evasiva. Informações específicas para o Rio de Janeiro não estão disponíveis.

assim como a nova lei da Pesca<sup>2</sup>, que passa a incluir na atividade também as tarefas de beneficiamento e apoio à cadeia produtiva da pesca. Passam a ser pescadore(a)s artesanais aquele(a)s que trabalham na confecção e reparos de redes e outros petrechos, no processamento e beneficiamento do pescado, assim como o(a)s que desempenham tarefas de pré e pós-captura. A autora destaca também a influência de movimentos feministas no campo com destaque para o Conselho Pastoral de Pescadores (CPP) como fator importante para o fortalecimento e articulação das mulheres pescadoras.

PIERRI e AZEVEDO (2010) apontam como marco dessa mobilização o I Encontro Nacional das Trabalhadoras de Aquicultura e Pesca em Luziânia/GO em 2004, realizados pela SEAP/PR (Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura da Presidência da República). É o início da Articulação Nacional de Mulheres Pescadoras do Brasil (ANP) que emerge da necessidade de reconhecimento formal do trabalho das mulheres na pesca artesanal. Em 2010, em seu quarto encontro nacional, 60 mulheres de 12 diferentes estados brasileiros junto a movimentos sociais, pesquisadore(a)s e apoiadore(a)s reafirmaram o posicionamento pelo fortalecimento da identidade de pescadora, assim como a luta contra discriminação e violência no trabalho e por direitos trabalhistas e segurança social. Além de demandas específicas de políticas públicas de saúde, o acesso a terra e as águas e a preservação de recursos naturais. Também se posicionaram contrárias a projetos que vem causando danos diretos à atividade como a expansão desordenada de fazendas de carcinocultura e grandes empreendimentos de petróleo e gás.

Não é difícil entender porque ainda muitas mulheres não consideram seu trabalho como tal e, às vezes, têm vergonha de se declarar pescadoras, ou marisqueiras (BEZERRIL, 2012). O reconhecimento de pertencimento parece ser o primeiro passo para fazer parte do grupo e fortalecê-lo<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

<sup>3</sup> A captura é atividade estrutural da pesca e difere da criação (Diegues, 1983). Stadler (2010) reporta de sua experiência em Pernambuco que algumas lideranças locais do movimento de pescadoras artesanais definem-se com base na ideia de comunidade tradicional, excluindo da categoria tanto piscicultoras e aquiculturas quanto filetadeiras, e outras atividades relacionadas aos trabalhos da cadeia pesqueira que não envolvem a captura. A autora reforça também que diferenças relacionadas aos distintos ecossistemas onde pescam, aliadas às relações domésticas de reprodução e produção também se diferenciam. Problematisa também se o vínculo da produção familiar e o enquadramento à categoria de produtoras rurais responde de maneira crível a realidade vivida na pesca artesanal. Ela aponta para o perigo de maximar as estatísticas com a expansão de políticas públicas quantitativas que acabam por mascarar realidades locais e esvaziar os movimentos sociais, facilitando assim a

Não serem reconhecidas significa entender que o trabalho não lhes permite ter o mesmo ganho que os homens. Se mesmo quando fazem as mesmas tarefas que eles, seu trabalho é menos valorizado é porque a diferença, as relações sociais de gênero não estão relacionadas ao trabalho em si. A desigualdade entre homem e mulher, independe do trabalho que realizam porque ela está pré-estabelecida (SILVA, 2013). Ainda que não possa explicar as desigualdades pode evidenciar-las tornando mais nítidas relações que por vezes passam despercebidas, invisibilizadas.

Ao nos aproximarmos do trabalho das mulheres na Ponta da Ilha em Jurujuba e nos perguntarmos sobre as relações sociais de gênero, nossa abordagem remete ao trabalho de Scott (1995). A autora, ao defender gênero como uma categoria de análise, pontua a necessidade da quebra na construção hierárquica da relação entre homem e mulher. *Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos ao mesmo tempo em que é uma forma de significar relações de poder* (idem, p.21). Tal análise, feita com a visão de igualdade política e social inclui o sexo, mas também a classe e a raça. Dada complexidade foi o que nos levou a escolher acompanhar com maior detalhe algumas histórias específicas do trabalho no marisco, essas que aqui nos convidam à análise.

\*\*\*

Não é preciso ser um observador muito atento para caracterizar Jurujuba como polo pesqueiro. Ao chegar, saltam aos olhos as inúmeras e diversificadas embarcações atracadas perto da costa, homens trabalham na praça em diferentes grupos que consertam e tecem redes, enquanto um ou outro barco entra, ou sai do pequeno porto.

Grandes cestos plásticos coloridos boiam demarcando a área do cultivo de mexilhões em frente à Associação Livre de Maricultores - ALMARJ. O sol realça as cores e dificulta a caminhada. Num primeiro momento, tímida e insegura, passei pelo local sem me apresentar ou falar da pesquisa que pretendia realizar ali. Desapontada, sem inicialmente observar

---

entrada de projetos que ameaçam a sustentação da própria atividade. Posto isso, é importante pontuar que neste trabalho adota-se a categoria de marisqueiro(a)s sem a diferenciar do(a)s pescador(a)s. Isso porque em Jurujuba a implantação do cultivo surge para fortalecer a atividade mexilhoneira, e a cata das sementes nos costões rochosos é base da atividade e vem sendo realizada antes dele. Também porque não há por parte do grupo uma postura conflituosa que justificasse tal separação. Outro sim, o local está localizado em área urbana o que extrapola a categoria de produtor rural.

nenhuma mulher na atividade pesqueira, entro pelas ruelas que apertam casas populares construídas literalmente a beira mar (Figura 01). É esse o caminho que me indica um transeunte, até a praia onde as mulheres *descascam* os mariscos. E foi ali, na Ponta da Ilha, que a maior parte do trabalho de campo se deu.



**Figura 01 – O Bairro de Jurujuba, vista parcial.**

Passei grande parte do tempo em campo trabalhando junto às mulheres no beneficiamento do mexilhão. A minha presença, vista por vezes, com estranheza foi aos poucos despertando a curiosidade e o acolhimento que me permitiram a feitura do mesmo. Foram cerca de cinquenta dias de campo, muitos quilos de mexilhão descascado e a participação em todos os processos de produção de um grupo de famílias da Ponta da Ilha, onde também é realizada a maior parte do beneficiamento.

Algumas visitas caracterizam-se por conversas informais com distintos atores locais. Participei ainda, de uma atividade na Associação de Moradores de Jurujuba (ALMORJ), visitei a festa de São Pedro, padroeiro dos pescadores e importante no local e participei da caminhada ecológica promovida pelos militares nos fortes tombados do bairro. Também estive presente num encontro do Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras (MONAPE) promovido para articular a campanha nacional do reconhecimento dos territórios pesqueiros artesanais e na Audiência Pública sobre a situação da pesca artesanal na Baía de Guanabara, onde obtive informações importantes para a contextualização da atividade na região. Mais recentemente participei do I Seminário Estadual da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, que reuniu pescadore(a)s do Estado do Rio de Janeiro e pesquisadore(a)s do tema. Incomodada com a

realidade observada em campo, participei do Seminário: “Processos de Estado, Violências e Desigualdades” promovido pelo Museu Nacional/UFRJ. Por fim participei do I Encontro dos Povos da Bacia hidrográfica do Cunha, na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em maio de 2013.

Outras visitas foram específicas para entrevistas que envolveram a participação de sete marisqueiras e um marisqueiro. As atividades de campo mais intensas foram nos meses de junho, julho, agosto, setembro de 2012. Ainda que visitas pontuais tenham sido feitas ao longo desse ano até março de 2013 quando fui reencontrar parte do grupo na véspera da semana santa. Com algun(ma)s mantenho contato telefônico esporádico ou por redes sociais; com o grupo foi acordado que eu retornaria, uma vez o trabalho finalizado para dividirmos os aprendizados desse processo e também para festejarmos o final do ciclo. Preocupada com as expectativas que poderiam criar em relação aos resultados da pesquisa e possíveis benesses para a comunidade, repetidas vezes abordei o tema.

Até que a escolha por se aproximar com maior detalhamento das histórias dos atores aqui mais diretamente envolvidos fosse feita, houve um importante percurso que explica esse recorte. Baseada na bibliografia disponível sobre o local Duarte (1999), Ritter (2007), Soares et.al. (2005), Teixeira e Bessa (2009) essa pesquisa havia sido pensada inicialmente no trabalho das mulheres vinculado a organizações de pesca locais, especificamente o centro de beneficiamento – ALMARJ. Havia naquele momento a ideia de que era possível retratar de maneira mais abrangente o tema proposto. Em campo pude perceber o quão complexas são as relações do universo pesqueiro em Jurujuba com a convivência de distintos atores em diferentes categorias de pesca: a artesanal, a industrial, a amadora, a produção de marisco, isso sem levar em conta outros grupos que também utilizam o espaço pesqueiro e costeiro.

A percepção de que a proposta anterior - pensar políticas públicas para pesca - havia sido demasiado abrangente foi rápida. Para além da ideia inicial, o trabalho foi sendo redefinido em campo, como deve ser. A abordagem da pesquisa também foi reelaborada. Equivocadamente fazia parte da estratégia de campo não abordar o tema diretamente com o(a)s envolvido(a)s, buscando assim elementos expostos ou velados da questão de gênero nas relações sociais, sem forjar falas. No processo de qualificação do projeto dessa pesquisa questionamentos e críticas auxiliaram a readequação da mesma. Teria sido um contracenso não abordar diretamente a questão.

De volta a campo, a ideia de que o maior número possível de marisqueiras em diferentes situações de trabalho fosse observada e conhecida também era pretensiosa demais. O grupo não é homogêneo: se distingue em espaço, possui diferenças no cotidiano do trabalho e não necessariamente o compartilha. Conhecer de maneira superficial muitos atores envolveria outra abordagem e provavelmente o uso de questionários fechados fosse necessário.

A escolha por trabalhar com apenas alguns depoimentos foi feita com o objetivo de buscar maior detalhamento do cotidiano de trabalho. Por isso optei por um retrato específico de algumas trajetórias na vida, *no marisco*. Ao fazer essa escolha omiti tantas outras, mas aprofundei aspectos que talvez não tivessem sido ‘vistos’ por uma lente mais abrangente.

Depois de participar de um encontro para a divulgação da campanha de regularização do território pesqueiro em abril de 2012 é que obtive contato direto com uma *liderança* do marisco em Jurujuba. Foram alguns pescadores artesanais da Baía de Sepetiba, ligados aos movimentos sociais do setor, que me auxiliaram a chegar até a Associação de Mulheres e Povos das Águas. Através de sua presidenta fui apresentada a algumas famílias, não antes de ter sido questionada a expor detalhes dos objetivos do trabalho proposto. Nesse momento já fazia uma escolha por determinado grupo mesmo que ainda não soubesse disso.

A escolha específica dos atores entrevistados aqui foi trazida do convívio em campo, quando nos meses de junho, julho e agosto participei com mais intensidade no dia a dia da produção. Os perfis retratados refletem diferentes percursos da vida no marisco e nos ajudam a entender algumas maneiras distintas de vivê-la. Trazem também elementos de análise importantes para entender a posição da mulher nessa cadeia produtiva.

Minha aceitação em campo foi lenta, e demorou até que se tornasse qualificada; pelo menos com boa parte das famílias, com quem mais tive contato. Foram longos e cansativos dias de trabalho que, apesar das muitas incertezas, foram transformando o significado da minha presença ali. Passei manhãs descascando mariscos e a intensa dor nas costas que sentia ao voltar para casa me ajudou a valorizar ainda mais cada uma das mulheres com quem convivi.

No início, havia muita desconfiança. A primeira suspeita é que fazia parte da SEAP – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca<sup>4</sup> e estava ali presente para fiscaliza-los. Uma vez ao me aproximar, uma jovem mulher ponderou: *Eu só sei que sou marisqueira desde que nasci; não quero nem saber*. Eu fingi que não ouvi enquanto sua mãe lhe mandava calar a boca. Outro(a)s diziam que eu era da polícia, de acordo com ele(a)s a presença policial têm sido intensificada na região, incluindo sobrevoos de helicóptero, que causam surpresa e medo.

Aos poucos com a insistência das minhas visitas, na maioria das vezes, bastante disposta a contribuir com o trabalho, fui ganhando mais confiança. No início, causava alguma estranheza sempre que me juntava a alguma mesa para descascar marisco. Depois me transformei em colega de trabalho e, para algum(ma)s, amiga. Aos poucos fui me familiarizando com o local e muitas vezes, quando chegava a Ponta da Ilha, esse local pequeno e espremido a beira mar, que nem todo(a)s chamam de praia, já sabia o preço do mexilhão, quem estava trabalhando ou se a água acabou (ou, se já chegou).

A confiança depositada em mim certamente me ajudou a obter informações e transitar em ambientes que no início não estavam acessíveis e onde posteriormente, fui bem-vinda; a visita em algumas casas ou a participação em atividades específicas, como a coleta de sementes nos costões em alto mar e o plantio dos mesmos. Alguns segredos também foram divididos comigo como prova de quem entendeu o meu papel ali, e que antes de qualquer coisa, era sincero o meu esforço em contribuir com o trabalho realizado em conjunto. E foi com envolvimento e respeito à atividade realizada pelo grupo, que eu ganhei em troca, o respeito e a cooperação dele(a)s.

A oferta de ajuda no trabalho gerava de início certa surpresa. Questionada, expunha o meu interesse no dia a dia do trabalho das mulheres. Com desconfiança o(a)s *dono(a)s* do marisco, é que me davam a permissão para me juntar às mesas. Com o tempo, entenderam, sem constrangimento, que eu não precisava receber pelo trabalho e, por vezes, eu aceitava mariscos e peixes como presentes. Café e água gelada, lanches, frutas e comidas, cigarros também eram oferecidos sempre que disponíveis. Experiência similar é relatada por Kant de Lima (1997), com pescadores em Itaipu também em Niterói, quando em 1976 o autor interessado em entender a pesca artesanal local, ajudava os pescadores a arrastar as redes na praia. Ele a avaliou como de bastante importância para o trabalho de campo. Mesmo que em

---

<sup>4</sup> A Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura - SEAP foi transformada em 2009 no atual Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), porém a referência à primeira ainda é bastante comum.

épocas diferentes não me parece uma coincidência que ele também tenha sido primeiramente confundido com a polícia. A coleta de mariscos também foi descrita por ele e voltarei a isso posteriormente.

Costumava chegar a campo entre 09h e 10h da manhã para me juntar às mulheres que iniciaram o beneficiamento do mexilhão pouco tempo antes. De acordo com elas, esse ritmo de trabalho é típico de inverno, no verão há mais trabalho e a praia é mais movimentada. O defeso<sup>5</sup> da espécie começa em setembro e vai até dezembro. Isso implica que a partir desse momento o produto beneficiado deve ser exclusivamente o proveniente do cultivo, sob pena de multa e apreensão do recurso coletado e do material de trabalho.

Num período de visitas mais constantes não agendava mais as minhas idas como no início e sempre chegava depois do trabalho começado e dividido, para evitar que a minha presença como força de trabalho, fosse utilizada em detrimento de uma diária de alguém pertencente ao grupo.

Para entender o cotidiano dos trabalhos das mulheres na pesca em Jurujuba a abordagem qualitativa parece ser a mais adequada. Com a realização de entrevistas semiestruturadas, observação participante, conversas informais, caderno de campo, fotos e análise de bibliografia específica, tem-se o arcabouço de informações que será analisado aqui.

As falas do(a)s entrevistado(a)s e suas observações contém elementos ideológicos dos universos socioculturais destes agentes e são por isso, passíveis de análise (GEERTZ, 1997). O autor defende também a importância de considerar a realidade da perspectiva dos locais, onde o trabalho de campo é instrumento do conhecimento. Segundo ele, é com o convívio e com a observação da dinâmica cultural que se busca a compreensão dos significados das ações que estão além da estrutura. Além disso, há a necessidade de que o(a) pesquisador(a) seja aceito(a) pelo(a) outro(a), pelo grupo, ou pela comunidade, de acordo com seu objeto de estudo. Ele(a) precisa também falar de si, participar para que o outro se sinta a vontade para fazer o mesmo.

As entrevistas semiestruturadas objetivam conhecer e analisar o significado dos sentidos que o(a)s pescadore(a)s dão ao trabalho realizado por ele(a)s, assim como entender

---

<sup>5</sup> Defeso – O período de defeso é a paralisação obrigatória da pesca sobre um determinado recurso pesqueiro para sua preservação. O termo proibição é também bastante utilizado pelo(a)s pescadore(a)s. O(a)s pescadore(a)s cadastrado(a)s têm direito a receber o seguro defeso no valor de um salário mínimo para cada mês de trabalho suspenso.

algumas relações inerentes ao mesmo. Os participantes foram selecionado(a)s enquanto trabalhava junto ao grupo e apreendia as diferentes etapas de produção. Procurei, para além da afinidade pessoal com o(a)s envolvido(a)s, retratar histórias do trabalho das mulheres em diferentes arranjos de trabalho e vínculos com a produção do marisco. A participação de um homem não foi pensada como contraponto, e sim como parte da análise feminista que transpõe categorias estanques de sexo, geração e raça, no esforço de entender de acordo com Fraser (2007), que não há hierarquização de condições sociais e sim, relações entre as mesmas.

Todas as conversas foram gravadas com a permissão dos participantes e realizadas na maioria das vezes em suas casas, tendo uma delas sido feita em um restaurante local. Ainda que tenha dado preferência por encontros individuais algumas conversas contaram com a participação de duas pessoas, porque fazem parte do mesmo grupo familiar ou trabalham juntas. Por vezes, a chegada de um(a) vizinho(a) ou familiar também entrevistou no andamento das entrevistas. Posto isso, somado a minha inexperiência na condução deste tipo de trabalho foi muito difícil seguir o roteiro inicial. De forma que ao ouvir as entrevistas percebi falhas de condução que me levavam, por outro lado, a conhecer histórias espontâneas e inesperadas. Acredito que mesmo com fuga de certa ‘rigidez’ metodológica pude reunir aqui falas significativas que compõe um retrato interessante do universo do trabalho feminino na Ponta da Ilha. As conversas foram transcritas e suas falas dispostas em uma tabela sempre que se referiam a temas diretos de interesse deste estudo. Assim foram analisados elementos descritivos do cotidiano do trabalho na produção do mexilhão, especificidades das mulheres e suas opiniões sobre a qualidade do mesmo e da vida em Jurujuba como marisqueira. A lista do(a)s entrevistado(a)s está ilustrada na tabela I (anexo I), os nomes são fictícios.

Como nos alerta Silva (2013) em seu estudo sobre construção social de gênero que envolveu o trabalho de mulheres camponesas, tecelãs, fiandeiras e oleiras no vale do Jequitinhonha/MG, há necessidade de um trabalho minucioso de observação que requer um campo prolongado. Caso contrário corre-se o risco de criar hipóteses apressadas reproduzindo lugares comuns em discussões acadêmicas. Por isso é um erro fundamentar a análise apenas em situação de entrevista. Ela complementa: *As representações por si só não explicam o mundo social; nem são formuladas em senso comum como dotadas de interpretações mais holísticas* (idem, 169). Aqui se busca fugir de generalizações tentando compreender, para além das falas, contextos específicos com as quais se relacionam. Os temas abordados em

análise posterior são reflexos desse cuidado o que não permite afirmar que não tenha incorrido no mesmo erro.

Para abordagens específicas de gênero, Suárez (1997) afirma que é preciso observar e descrever o que as mulheres realmente fazem e pensam sem dar voz ao que outros dizem que elas fazem e pensam, ainda que, o que os outros digam e façam seja importante para o entendimento das relações que se estabelecem. Essa postura é bastante importante, uma vez que nem sempre as mulheres possuem o espaço para se manifestar, é papel do(a) pesquisador(a), segundo a autora, assegurar-lhes a fala:

Tal recomendação se fundamenta no entendimento, hoje em dia bastante claro, de que as diferenças nas possibilidades que homens e mulheres têm de se exprimirem publicamente é uma das circunstâncias que - juntamente com a divisão do trabalho e imagens do feminino e do masculino - intervêm na reprodução ou mudança das relações de gênero (Suárez, 1997, p.44-45).

A tarefa do(a) pesquisador(a) de discernir o que é ou não elemento pertinente de análise para sua pesquisa, o(a) obriga a contrapor sempre o lugar onde trabalha ao lugar de onde escreve. Desse exercício é que são trazidas as observações feitas a seguir, fotos e falas reunidas em campo com o objetivo de mostrar como mulheres e homens atuam na atividade e de que forma as relações estabelecidas perpassam ou determinam as relações de gênero.

Essa dissertação tem na construção social da divisão sexual do trabalho seu objeto de estudo. Analisará o trabalho feminino na atividade pesqueira em Jurujuba sob os aspectos da invisibilidade da mulher, sua organização política e reconhecimento, propondo assim a discussão sobre o atual papel do grupo e os mecanismos que determinam essa condição. Assim busca-se entender como se dá ali, nessa conturbada e urbana Baía, a vida dessa “gente do mar”<sup>6</sup> sob a ótica específica de suas mulheres e suas relações sociais.

---

<sup>6</sup> O termo “gente do mar” é definido por Diegues (1983).

# CAPÍTULO I

## M: DE MAR, DE MULHER E DE MEXILHÃO.

Esse capítulo contextualiza a atividade pesqueira artesanal na Baía de Guanabara chamando atenção para os conflitos de uso atuais da região que afetam direta ou indiretamente a vida do(a)s pescadore(a)s artesanais locais. Introduz abordagens específicas de gênero e as relaciona à pesca artesanal destacando a participação das mulheres na atividade. Dados específicos de Jurujuba e da produção do marisco trazem o arcabouço necessário para que o entendimento de parte da história desse bairro pesqueiro. Essa aproximação nos facilitará a leitura de alguns aspectos do trabalho cotidiano das mulheres na produção local de mexilhão.

### **1.1. A pesca artesanal urbana: um modo de vida ameaçado.**

Na definição de Diegues (1983) a “*gente do mar*” possui “*particularismos*” que resultam de práticas sociais e culturais específicas dos seus modos de vida. O mar é instável e imprevisível, suas práticas são marcadas pelo risco, pelo perigo e também pela sorte. Além dos aspectos naturais, a vida no mar é caracterizada ainda pela flutuação dos preços e pela perecibilidade dos seus produtos que precisam ser vendidos rapidamente, gerando uma relação de dependência econômica de muito(a)s dele(a)s com atravessadore(a)s. Ainda segundo o autor, caracterizam-se pelo modo de pequena produção mercantil, geralmente organizados em grupos familiares, ou por laços de parentesco e vizinhança.

Na definição de Ramalho (2006):

Ser pescador não é ser um mero objeto, mas artífice também de um projeto de vida, que se movimenta – ganhando forma e substância de acordo com o ritmo das águas e das relações sociais típicas das comunidades pesqueiras, que se integram em uma relação social mais ampla (p.36).

Para o autor a vida do pescador contém o ritmo das águas e relações sociais diversas do universo pesqueiro em si, mas também para além dele. Essa definição importa porque abrange as inúmeras possibilidades de ser pescador, em movimento e interações constantes.

O Ministério da Pesca e Aquicultura da Presidência da República (MPA/PR) para fim de cadastro define que pescador é “*aquele que pesca, que exerce a atividade de pesca*”. O

antropólogo Alfredo Wagner, no V Encontro de Redes Rurais<sup>7</sup>, em Belém (jun. 2012), durante sua fala sobre “Práticas antropológicas no tempo da recodificação”, problematiza frente a essa simplificação o deslocamento do conceito “identidade” do pescador. Ele alega que assim, definido excluem-se pescadores-agricultores e/ou extrativistas. Transforma a atividade em profissão em detrimento de aspectos identitários que a ultrapassam.

Longe da imagem idílica de praias paradisíacas e redes cheias de peixe, a realidade das comunidades pesqueiras artesanais em geral, e das urbanas em especial, é bem diferente e seu(ua)s trabalhadore(a)s vivem em condições precárias. Faltam recursos naturais, e falta também infraestrutura básica de moradia, de saneamento, de acesso à escola e à saúde pública. Cada dia estão mais ameaçado(a)s pela especulação imobiliária e pela industrialização desenvolvimentista, ainda que seus territórios sejam protegidos por lei,<sup>8</sup> que os reconhece como Povos Tradicionais.

E apesar de reconhecida, a atividade pesqueira artesanal ainda caracteriza-se por grande grau de informalidade. Mesmo que políticas específicas do setor existam, é difícil acessá-las, e muito(a)s não têm seguro defeso, ou financiamentos do PRONAF. Faltam estruturas de armazenamento e beneficiamento do pescado e, em geral, a venda é subordinada às condições de um ou mais atravessadores. No mercado o produto fresco é caro, mas o(a)s pescadore(a)s artesanais pouco ganham com isso.

Algun(ma)s autore(a)s apontam também certa desorganização da categoria (Cardoso, 2001; Silva, 2011) e parte dela é adressada por ele(a)s ao processo da própria formalização da sua representação em colônias, federação e confederação nacional dos pescadores. Instituídas pelo Estado em 1919, não foram fundadas como órgão de classe dos pescadores artesanais. Estavam diretamente vinculadas à marinha brasileira e reuniam diferentes atores que trabalhavam na pesca, incluindo empresários do setor e atravessadores. As mulheres só puderam se cadastrar no órgão no final da década de 1970.

---

<sup>7</sup> O projeto de mestrado desta dissertação foi apresentado neste encontro no Grupo de Trabalho intitulado: Participação de pescadores artesanais na gestão ambiental. Foi a primeira vez que o encontro de redes rurais dedicou um grupo temático especificamente para a categoria.

<sup>8</sup> O decreto federal no. 6040, de 07/02/2007, define que: os povos e comunidades tradicionais compreendem grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Silva (2004) avalia em seu trabalho sobre caiçaras e jangadeiros que as colônias tentaram impor uma ética militar e uma nova ética de trabalho para os pequenos pescadores. Novas regras foram ditadas para a proteção da costa e o aumento da produção; em São Paulo, pescadores-agricultores passam a se dedicar exclusivamente à pesca. A pesca se especializa e introduz novas tecnologias, surgem as pescas de espécies alvo, como o camarão em São Paulo e a lagosta em Pernambuco. Até as festas e rituais religiosos são remodelados pelo Estado: a festa de São Pedro passa a ser a festividade oficial enquanto outras desaparecem. Ordena-se também o casamento civil e religioso que não era muito comum entre o(a)s pescadore(a)s. Excessos de cachaça ou “vadiagem” eram condenados. Institucionaliza-se a violência contra o(a)s pescadore(a)s artesanais e seus modos de vida.

A década de 1960 é marcada pela política de modernização conservadora da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDENE), que investiu no setor pesqueiro industrial facilitando a compra de grandes embarcações e petrechos de pesca com o objetivo de fortalecer e modernizar o setor. Nessa mesma época a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) contribuem também, guardados os escopos específicos de cada órgão e seu território de atuação, *com a concentração da riqueza, a expropriação de pequenos produtores e destruição de recursos naturais* (CARDOSO, 2001. p.25).

Foi em 1985, com a elaboração da Constituinte da Pesca após a IV Assembleia Nacional dos Pescadores, que as Colônias deixam de ser tuteladas pelo Estado. Surge dessa conquista em 1988, na VI Assembleia de Pescadores, o Movimento Nacional de Pescadores (MONAPE) e foi a primeira vez que a categoria atingiu mobilização nacional, ainda que timidamente.

Muitas Colônias resistem e se mantêm no poder há décadas sem dialogar com os interesses do(a)s pescadore(a)s e ainda hoje contribuem para a perpetuação de interesses contrários à categoria, como nos aponta Stadtler, (2010) em trabalho no litoral pernambucano. A primeira mulher a frente de uma Colônia de Pescadores foi a marisqueira Joana, em Itapiassuma/PE no ano de 1985; ela também presidiu a Federação de Pescadores no Estado alguns anos depois (Cardoso, 2001).

Com a extinção da SUDEPE em 1991, é o IBAMA que assume o setor até que em 2003, também por pressão do(a)s pescadore(a)s artesanais, o governo cria a Secretaria Especial da Pesca – SEAP. Em 2009 a secretaria ganha estatuto de ministério e surge o atual

Ministério da Pesca e Aquicultura, MPA. É também nesse ano que convidado(a)s a participar da VII Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca organizada pelo governo em Brasília, o(a)s pescadore(a)s artesanais decidem por boicotar o evento com o objetivo de reivindicar pauta específica da categoria frente ao apoio do governo à indústria pesqueira e à aquicultura. Ao criarem o evento paralelo com cerca de 1000 participantes, o(a)s pescadore(a)s artesanais mostraram sua discordância e força contra a política de pesca nacional. As mulheres da Articulação Nacional da Pesca também fizeram parte do evento protesto.

De maneira geral, observa-se que o movimento do(a)s pescadore(a)s vem crescendo nacionalmente, imposto também pelas ameaças que sofrem diariamente ao seu território e aos recursos naturais que diminuem drasticamente. Resistentes e lutadore(a)s, tentam garantir seu modo de vida e o reinventam a maneira que podem para sobreviver.

Cardoso (2001), Silva et.al (2010), Walter & Petreire (2007) entre outros, chamam atenção para alguns rearranjos na categoria de pescadore(a)s artesanais. Dadas as dificuldades com a atividade, ele(a)s podem agregar outros trabalhos para complementar a renda. Assim surgem os pescadores-caseiros, pescadores-pedreiros, pescadores-marinheiros de embarcações de passeio, essa última categoria é comum em Jurujuba. Algumas mulheres podem optar por trabalhos em casas de terceiros, a feitura de artesanato, ou ainda a prestação de pequenos serviços diversos. Às vezes, os trabalhos são feitos sazonalmente, de acordo com a possibilidade da pesca, outras, paralelamente.

Por outro lado, a pesca artesanal parece ser opção de pessoas sem acesso a empregos formais e com pouca formação. E se muito(a)s tem pouca motivação para passar para o(a)s filhos os ensinamentos da pesca como dita a tradição, outro(a)s parecem pescar por ser a única alternativa posta. Por isso, não é incomum, que os números de pescadore(a)s diante da crise atual na pesca, aumente. Ela vira uma opção frente à pobreza, e nesse caso é mais uma fuga do desemprego do que uma vocação. Os trabalhos de Cardoso, (2001); Mesquita, (2013) e Garcez & Sánchez-Botero (2005) corroboram essa análise em estudos realizados no litoral de Pernambuco e no Rio Grande do Sul. Silva (2011) também traz relatos institucionais (Federação de Pescadores do Rio de Janeiro – FEPERJ e Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ) que o mesmo processo é observado no Rio de Janeiro, com incorporação de trabalhadore(a)s especialmente o(a)s com baixa escolaridade.

E se pensarmos apenas nos números da produção pesqueira artesanal, considerando que os mesmos devam estar subestimados em virtude da dificuldade de registro das pequenas

produções que são muitas vezes informais, não fica difícil estabelecer a importância do setor para a pesca nacional. Dados do IBGE apontam que em 1990 a produção artesanal pesqueira perfazia 50% do volume total produzido, registros do IBAMA apontam para 54% do percentual nacional em 1997. No site do MPA, a informação é de que atualmente 45% da produção anual brasileira (1.400.000 toneladas) resulta da força do trabalho do(a)s pescadore(a)s artesanais. São mulheres 24,35% do(a)s pescadore(a)s registrado(a)s e mais de 25% da atividade é desenvolvida por mão de obra feminina (Fritsch, 2004 *apud* Melo, 2009).

O Estado do Rio de Janeiro já ocupou o primeiro lugar na produção pesqueira nacional; dados do MPA (2009) o situam na quarta colocação, atrás de Santa Catarina, Pará e Bahia. A frota pesqueira do Estado compreende embarcações de pequena, média e grande escala com procedência também de São Paulo, Espírito Santo e Santa Catarina. Dos quatro principais portos fluminenses, dois encontram-se na Baía de Guanabara: em Niterói e São Gonçalo. Na região metropolitana desde o fechamento do Terminal Pesqueiro da Praça XV em 1991, estima-se que cerca de quarenta e dois pontos de embarque e desembarque de pescado estejam distribuídos dentro da Baía.

A pesca artesanal é importante também porque é a fonte de renda de milhares de famílias, e contribui de forma contundente para o mercado de pescados brasileiro e internacional. É um modo de vida tradicional, ou pode ser uma opção ao desemprego, é persistência de um grupo que diante tantas dificuldades insiste em viver da/na atividade, parcialmente ou integralmente, diretamente ou indiretamente.

## **1.2. Usos e desusos da zona costeira urbana: a pesca artesanal na Baía de Guanabara**

Com uma superfície de 380km<sup>2</sup>, a Baía de Guanabara já foi bastante modificada desde que os índios que a habitavam foram dizimados em prol da exploração de recursos naturais e da mão de obra escrava, como nos ensina Amador (1992). O autor aborda o atual cenário de degradação socioambiental da Baía à subordinação do Brasil aos interesses do capital internacional, ligados ao modelo desenvolvimentista agrícola-exportador e urbano-industrial. Essa opção viola os direitos das populações locais que dependem de recursos naturais para sua sobrevivência, como no caso do(a)s pescadore(a)s artesanais (DIAS, *et. al.*, 2013).

Cerca de 20% da área total da Baía de Guanabara foi aterrada; perderam-se mangues, ilhas, enseadas, gamboas, praias e lagunas. Além disso, modificaram-se padrões de rede de drenagem, resíduos sólidos vão se acumulando numa área que suporta cerca de dez milhões

de habitantes e engloba total ou parcialmente 16 municípios fluminenses (COELHO 2007, *apud* DIAS *et.al.*, 2013).

A pressão urbano-industrial sobre os recursos naturais já escassos da Baía de Guanabara segue em expansão, ameaçando o dia a dia do(a)s pescadore(a)s artesanais. Atualmente ocorre a ampliação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) nos municípios de Itaboraí e São Gonçalo, grande obra da Petrobras em convênio com o governo federal no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. A refinaria de Duque de Caxias será ampliada com instalação de dutos e a construção de um terminal de gás natural. Ao lado de dutos, portos, rodovias e aterros, mais de 20.000 pescadore(a)s artesanais resistem e insistem em pescar (SOARES, 2012). Ameaçado(a)s por grandes embarcações, plataformas de petróleo e vazamentos de óleo, homens e mulheres lutam para manter seu modo de vida.

Ao lado, na Baía de Sepetiba, o processo de modernização também se intensifica e as dificuldades do(a)s pescadore(a)s se repetem. Com a instalação e operação de um megaempreendimento siderúrgico<sup>9</sup>, a TKCSA polui o ar da zona oeste da cidade e impede o acesso do(a)s pescadore(a)s aos seus pesqueiros<sup>10</sup>. Tanto em uma Baía quanto em outra, há casos de licenciamentos ambientais irregulares que acabam por viabilizar algumas obras ou não indenizar atores por danos ambientais causados por suas atividades.

Das rodas de siri em Itaoca (MARTINS, 1995), da Associação dos Homens e Mulheres do mar em Magé – AHOMAR, da Bacia do Cunha próxima à Ilha do Fundão, em Jurujuba e até mesmo em Copacabana, a pesca artesanal se faz presente. Captura, cata e produz seus frutos do mar sempre que pode e encontra. A sobrepesca de muitas espécies é evidente no resultado trazido nas redes e a competição com a pesca industrial bastante injusta. Barcos pequenos tem sua área de atuação limitada e concorrem comumente com embarcações de maior porte também em águas costeiras.

Os conflitos entre o(a)s pescadore(a)s e a indústria petroquímica escalaram no ano 2000 quando houve um grande vazamento de óleo na Baía de Guanabara impendendo a pesca temporariamente. A Petrobras, empresa responsável pelo dano, foi multada, mas o(a)s pescadore(a)s até hoje não receberam nenhuma indenização.

---

<sup>9</sup> O Instituto para Políticas Públicas do Cone Sul – PACS junto a FIOCRUZ divulgaram material específico sobre os impactos socioambientais da empresa.

Disponível em: [http://www.pacs.org.br/files/2012/12/Relatorio\\_TKCSA.pdf](http://www.pacs.org.br/files/2012/12/Relatorio_TKCSA.pdf)

<sup>10</sup> Pesqueiros – são áreas de pesca abundante. São parte do conhecimento específico dos mestres e, por vezes, são segredos (MALDONADO, 1986).

De acordo com Alexandre Anderson<sup>11</sup>, presidente da Associação de Homens e Mulheres do Mar, a AHOMAR<sup>12</sup> de Magé, essa é uma data importante. A Associação ficou conhecida por realizar barqueatas na Baía de Guanabara que opunham as pequenas embarcações da pesca artesanal aos grandes navios petroleiros. Para ele o vazamento é um marco: antes do ano 2000 o(a)s pescadore(a)s artesanais ocupavam 78% da área da Baía, hoje esse número caiu para 12% (ANDERSON, 2012).

Ele estima que cerca de 20.000 famílias viviam da pesca e atualmente são entre 6.000 a 9.000 o(a)s envolvido(a)s na atividade. As capturas também diminuiram muito, Anderson afirma que antes do ano 2000 podia-se pescar 400 quilos. Hoje com a mesma rede, no mesmo pesqueiro, houve uma queda de 80% na quantidade. Além disso, o(a)s pescadore(a)s listaram 28 espécies de peixes que desaparecem da Baía de Guanabara dentre eles a canhanha, o badejo, a arraia, e a piraúna, destaca também o sumiço do camarão cinza das redes de pesca. Ele cita com entusiasmo parcerias com universidades locais e comemora o convênio com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que irá realizar um censo da pesca artesanal na Baía de Guanabara. Sem poder pescar e vivendo escoltado e longe dos filhos há algum tempo, ele lamenta a situação da pesca artesanal atual, além da falta de perspectiva da atividade que afasta os jovens da profissão. Sua avaliação da situação em que vive é clara: *“Na verdade, eu vivo uma incoerência. É o Estado que protege o Alexandre, mas é também o Estado que ameaça”*. Ele promete seguir lutando pelo acesso aos direitos do(a)s pescadore(a)s artesanais e pela qualidade ambiental da Baía de Guanabara, mas já entendeu que o modelo que quer combater, é o que o Estado deseja implementar.

Frente a tantas dificuldades, o(a)s pescadore(a)s denunciam as ameaças ao seu modo de vida (figura 02). A categoria vem se organizando cada vez mais e é grande o número de mulheres que faz parte do grupo, ora mais ora menos aceitas por seus pares. O discurso de luta clama por justiça ambiental e remete ao trabalho de Acsegrad, (2000) na argumentação de que os danos ambientais recaem de maneira desigual aos menos despossuídos. No caso da

---

<sup>11</sup> Alexandre Anderson faz parte do programa de proteção a testemunhas do estado do Rio de Janeiro. Sofreu ameaças pelo seu engajamento frente à Associação Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR). Recentemente dois companheiros seus foram mortos na Baía de Guanabara. Outros também da diretoria da Associação foram brutalmente assassinados em 2009 e em 2010.

<sup>12</sup> Até o ano passado a AHOMAR se denominava Associação dos Homens do Mar. Foi após uma plenária nacional de pescadoras e pescadores artesanais que por intervenção de uma marisqueira do litoral baiano, as mulheres foram incluídas no nome da organização. Desde então a referência é sempre para a Associação de Homens e Mulheres do Mar.

Baía de Guanabara são o(a)s pescadore(a)s que pagam o custo do lucro alheio pelo menos de forma mais direta, pois da qualidade ambiental depende também sua sobrevivência.



Figura 02 – Manifestação no centro do Rio de Janeiro em frente ao prédio da Petrobras – ago./2012.

### 1.3. Abordagens de gênero: mulher, gênero e transversalidade

A atividade pesqueira ainda é considerada um universo masculino, tanto pela ótica cultural quanto do poder público. Ainda que a participação das mulheres seja fundamental na cadeia produtiva do setor, as mesmas são invisíveis (BECK,1991; WOORTMANN, 1992; MOTTA-MAUÉS, 1999; KUMAR, 2004; MARTINS, 1995).

Geralmente seu trabalho é visto como uma obrigação da companheira e progenitora, e não como elo essencial para a existência da atividade pesqueira. É caracterizado, por vezes pelas próprias mulheres, como *ajuda*, perdendo, portanto, seu valor produtivo. No campo da agricultura familiar, observa-se valorização análoga do trabalho das mulheres, como apontam as análises de PAULILO, 1987; CARNEIRO, 1994; BRUMER, 2004, MENASCHE, 2005; entre outro(a)s.

Por outro lado, em algumas comunidades há uma tradição que impede a presença da mulher na pesca porque isso traria *azar* e *prejuízos* à pescaria (MALDONADO, 1986 e DIEGUES, 1999). Elas são proibidas de exercerem atividades em alto mar, assim como também manusear determinados petrechos de pesca em período menstrual ou gravidez. Oliveira (1995) aborda aspectos místicos dessa diferenciação de gênero na divisão do trabalho na pesca em estudo desenvolvido com marisqueiras no Recôncavo Bahiano. São as mulheres as figuras míticas que protegem, guiam e garantem os recursos naturais que os homens exploram. Elas estão presentes em todas as águas: Iemanjá, Dona Janaína, Oxum, Nanã, Mãe D'água, entre outras. De acordo com a autora, elas são “poderosas, lindas, vaidosas e

ciumentas”, razão essa que manteria as outras mulheres longe do seu ambiente. Ocorre a legitimação no plano ideológico dos padrões convenientes ao universo masculino. Portanto, ainda que a mulher tenha papel essencial na reprodução social da vida, não possui reconhecimento do seu valor social como sujeito de produção.

Essa abordagem patriarcal e opressora se reflete também na escassez de políticas públicas específicas para subsidiar o potencial feminino, visando o desenvolvimento do setor e a valorização desse trabalho, o que remonta ao histórico desconhecimento social e legal das muitas tarefas complementares à subsistência e a renda familiar, praticado pelas mulheres em grande parte da cadeia produtiva pesqueira (SEAP, 2004). O não reconhecimento social da identidade profissional, na análise de Stadtler (2010), tem como agravante a representação social do que é ser pescadora, tanto nas organizações da categoria, quanto do Estado e também entre as próprias pescadoras.

Outro aspecto realçado pela autora, que as tornam ainda mais vulneráveis, é o espaço que comumente utilizam: mais próximos à costa; nos estuários e mangues, locais mais ameaçados em seu equilíbrio ambiental devido à poluição e especulação imobiliária.

Ao se perguntar se o mar é masculino buscam-se respostas sobre como se dá a divisão sexual do trabalho na atividade. É o trabalho que traz as diferenças e semelhanças entre homens e mulheres que vivem do mar em Jurujuba, dentro da Baía de Guanabara, no município de Niterói/RJ. Entender o valor que se dá a ele revela elementos importantes para a análise das relações sociais de gênero.

Em Jurujuba, é o cultivo de mexilhão que torna a presença das mulheres mais visível; ali na beira do mar, trabalham no beneficiamento do marisco<sup>13</sup>. Com a implementação do Centro de Beneficiamento no local, o cultivo cresceu e a venda de marisco é solução econômica para muitas famílias. Num cenário complexo, onde diferentes agentes disputam o mesmo espaço, a rotina de trabalho dessas mulheres foi sendo acompanhada no dia a dia. O resultado dessa observação, dessa convivência e dos seus relatos é a base de reflexão sobre a divisão sexual do trabalho numa atividade quase sempre tida pelo senso comum como masculina.

Partimos do pressuposto de que o mar é, também, feminino, ainda que mecanismos excludentes sigam perpetuando e reproduzindo a invisibilidade do trabalho da mulher na

---

<sup>13</sup> Aqui o termo marisco é utilizado como sinônimo de mexilhão.

atividade pesqueira. Com base na experiência de trabalho e de vida de algumas marisqueiras, marisqueiros, pescadoras e pescadores é que esse trabalho se justifica com objetivo de discutir aspectos específicos das relações sociais de gênero que atuam, de forma mais ou menos específicas, para a realidade social desse grupo de trabalhadore(a)s.

Entende-se que na atividade pesqueira a divisão sexual do trabalho fundamenta-se numa classificação mais geral que contrapõe mar e terra, homem e mulher, e que convém e se adequa à identidade geral da comunidade e ao discurso público, porque ele é masculino, *“Privilegiando o mar, desconhece-se a terra”* (WOORTMANN, 1992).

Reconhecer a presença feminina na pesca artesanal é de fundamental importância para o próprio setor pesqueiro artesanal, cada vez mais marginalizado socialmente. O reconhecimento do trabalho feminino seja por parte do governo, ou da própria sociedade, incluindo aí as próprias mulheres, fortalece a atividade hoje tão ameaçada em sua prática, especialmente nas áreas urbanas.

Diegues (1999) quando se refere ao grupo de pescadores artesanais afirma: *“reconhecer a importância do conhecimento é implicitamente reconhecer essas populações como sujeitos históricos, portadores de conhecimentos importantes e de poder de gestão”*.

Na lógica da nossa sociedade, é mais fácil e vantajoso mantê-lo(a)s alheio(a)s ao acesso à cidadania do que reconhecer seu poder e legitimá-lo. A proposta aqui não é discutir políticas públicas para a pesca artesanal, nem elaborar soluções que possam vir a ser implementadas através delas. Acredito, porém que através dessa análise, o papel das mulheres possa, dentro da realidade específica do setor pesqueiro local, trazer elementos que venham sim, contribuir para ampliar essa discussão.

O tema nos parece também pertinente uma vez que o setor pesqueiro artesanal urbano sofre mudanças rápidas e dramáticas em sua produção. Jurujuba tem sua história marcada pela atividade e pode ilustrar essa dinâmica que afeta também outras comunidades pesqueiras ao longo do litoral brasileiro. Ainda que as relações sociais de gênero venham conquistando espaço também na academia, inclusive no tangente à atividade pesqueira artesanal, essa discussão não repercute ainda na implementação de políticas públicas inclusivas no setor.

As mudanças recentes na política pesqueira nacional com a criação do Ministério da Pesca (MPA) devem ser avaliadas no intuito de compreender onde se abrem chances para o desenvolvimento da atividade e onde se perpetuam diferenças e desigualdades.

A discussão de gênero que parte dos trabalhos de Stolcke (1999) e Butler (2003) baseia a leitura transversal da categoria. Para a primeira é necessário abordar gênero agregando questões que permeiam também classe, raça, etnia, idade e sexualidade e que não podem ser ignoradas, sob pena de reificar o objeto simplificando ao extremo sua análise. Para a autora é imprescindível levar em consideração que:

Certos acontecimentos naturais se conceituam de formas culturalmente específicas porque determinadas relações sociais são representadas de forma natural (STOLCKE, 1999, p. 10).

Para a autora, a diferenciação da concepção de gênero dos papéis sexuais é fundamental para reconhecer o mesmo como produto histórico com diferentes arranjos possíveis, permitindo descrever como e porque mudam. Essa abordagem mostra ainda contradições e conflitos e/ou resistências nos processos de estruturação dos papéis sexuais e de gênero, evidenciando assim seu caráter político, que formam, mantêm ou reestruturam determinada ordem.

Butler (2003) critica o feminismo por incluir as mulheres em um único grupo, chamando atenção para as diferenças intrínsecas do mesmo. Menosprezando tais diferenças, a autora entende que o movimento feminista consolida a desigualdade das relações de gênero, dificultando ou mesmo impedindo manifestações de diferenças ou resistências individuais. Sua contribuição é conhecida como “teoria queer” e visibiliza tudo o que está fora do padrão “dominante” e/ou é considerado “legítimo” nas relações sociais de gênero.

No presente trabalho, as contribuições das autoras supracitadas possibilitam o entendimento de que através da análise transversal das relações de gênero, a condição social das mulheres está inserida em outras ordens que podem perpassar especificidades de geração, escolha sexual, origem e/ou classe social.

Sob os aspectos específicos do trabalho feminino partimos da obra de Paulilo (1987) “O peso do trabalho leve”, onde a autora aponta que qualquer trabalho feito por crianças e mulheres, seja ele estafante, moroso, nocivo à saúde e inclusive pesado, é considerado *leve* e tem como consequência remuneração inferior a de trabalhos realizados por homens. As categorias *leve* e *pesado* variam, portanto, de acordo com o sexo do(a) trabalhador(a). A autora afirma ainda que isso ocorre independente de especificidades regionais ou do meio rural.

Os trabalhos de Silva (2013) e Magalhães (2009), que também utilizam o recorte do trabalho de mulheres camponesas, a primeira para oleiras, fiandeiras e tecelãs, e o segundo

para produtor(a)s de leite também auxiliam a fazer uma análise para além da classe, entendendo que a ordem que estabelece e hierarquiza a condição de trabalho da mulher perpassa também aspectos que envolvem outras relações. E como nos casos ilustrados por elas, a masculinização de determinada atividade também implica em resignificação da mesma.

A definição de gênero utilizada aqui é de Scott (1995) que entende gênero como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, uma forma primária de dar significados as relações de poder (p.88).

Os estudos de antropologia da pesca elaborados por DIEGUES (1983, 1995 e 1999) auxiliam a entender e a analisar a pesca e as comunidades pesqueiras brasileiras com um olhar das ciências sociais. Assim como também WOORTMANN, 1992; MALDONADO, 1986; e MOTTA-MAUÉS, 1999 e MANESCHY, 2013, esses últimos com perspectivas específicas de gênero. Para WOORTMANN *ibid.* o espaço natural é também espaço social e de domínio específico de cada gênero. Dado um ecossistema, ele não é só um ambiente natural, mas um ambiente cognitivamente apreendido e culturalmente construído.

A questão do reconhecimento político das pescadoras pode ser entendida com as contribuições de Honneth (2004) e de Fraser (2007). Para o primeiro o desrespeito é a base do conflito social e as políticas de reconhecimento sócio-político-cultural relacionam-se ao próprio autoconhecimento e autoestima subjetiva dos atores sociais. A segunda defende que a justiça social depende tanto de políticas de redistribuição quanto de reconhecimento.

#### **1.4. O mar, a maricultura e as marisqueiras da Ponta da Ilha.**

O Bairro de Jurujuba em Niterói/RJ é uma península limitada por águas oceânicas e pelas águas da Baía da Guanabara (Figura 03). Devido às características socioambientais, a atividade pesqueira de Jurujuba vem desde sua ocupação caracterizando e identificando o local (DUARTE, 1999). É a comunidade pesqueira com maior número de pescadores, embarcações e volume de pescado desembarcado dos municípios de Rio de Janeiro e Niterói (ECOMAR, 2009).

Até a década de 1950, utilizavam-se pequenas embarcações a remo e a pesca era realizada dentro da Baía de Guanabara. Com o advento das embarcações motorizadas, a área de atuação pesqueira foi aumentada e foram introduzidas novas artes de pesca como a rede de

arrasto<sup>14</sup> e as traineiras<sup>15</sup>, a capacidade pesqueira foi ampliada, assim como também a pressão ambiental e social. Diegues (1983) caracteriza esse momento como da pesca empresarial capitalista, quando os pequenos produtores passaram a ser os “proletários do mar”.

A década de 1960 é marcada na região pelo aparecimento dos armadores e das fábricas de enlatamento de sardinha. A pesca industrial ganha fôlego subsidiada pelo governo federal acuando o(a)s pequeno(a)s pescadore(a)s e ignorando seus saberes, suas tradições e seus valores, desafiando e desrespeitando a natureza e sua própria identidade. Na década de 1970, no bairro de Jurujuba 25% da população eram pescadores, em 2005 essa proporção caiu para 7,1% (SOARES *et al.*, 2005).

Dado o desequilíbrio ecológico resultante da sobrepesca (excesso de captura) e da poluição das águas da Baía de Guanabara, com imenso aporte de dejetos urbano-industriais, esse(a)s pescadore(a)s, que tinham na exploração local dos recursos marinhos sua fonte de renda, passam a buscar novas formas de relação com o trabalho para viabilizar sua reprodução familiar, prestando serviços em traineiras ou mesmo abandonando a atividade pesqueira por completo (SOARES, *et. al.*, 2005). Na competição pelo pescado, os barcos menores se prejudicam porque não conseguem acessar pesqueiros mais distantes. Vale ressaltar também, que essa situação se agrava pela falta de fiscalização por parte do Estado; pesca-se dentro da Baía com redes impróprias que são proibidas por possuírem malha muito pequena<sup>16</sup>. Além disso, empregam-se pescadores em embarcações maiores geralmente sem nenhum tipo de documentação ou direito trabalhista reconhecido (ANDRADE & WERNESBACH, 2001).

---

<sup>14</sup> Rede de arrasto – Essa rede com a forma de um saco pode ser utilizada para capturas na coluna d’água ou no fundo oceânico. Caracterizam-se por baixa seletividade e alto índice de descarte, capturando juvenis e espécies não comerciais e/ou revirando o fundo oceânico, sendo considerada uma arte de forte impacto ambiental. Pode ser utilizada presa a dois barcos que a arrastam simultaneamente ou por um grupo de pescadores na beira da praia.

<sup>15</sup> Traineiras – grandes embarcações de pesca em alto mar. As traineiras capturam sardinhas e outros importantes cardumes pelágicos.

<sup>16</sup> Malha – é a distância entre um nó e outro da rede, o tamanho da malha é controlado por legislação ambiental para garantir que os juvenis das espécies-alvo não sejam capturados.



**Figura 03 – Localização do bairro pesqueiro de Jurujuba, Niterói/RJ. Fonte: Google maps.**

Frente a essa degradação ambiental a modificação dessa paisagem traz consigo impactos sociais para a comunidade. O que significa que sua reprodução cultural e social está ameaçada uma vez que o ambiente já não mais favorece a atividade com a qual os mesmos se identificam. Isso gera em parte abandono da ocupação pesqueira ou mudança de relações de trabalho em busca da garantia de um meio de sobrevivência, aumentando a camada mais pauperizada do subemprego urbano e o próprio desemprego. O que infelizmente não ocorre sem que haja a perda considerável na identidade social da comunidade, na medida em que se diminui o peso da atividade pesqueira na reprodução socioeconômica do grupo (SOARES *et. al.*, 2005).

Nesse contexto, no início dos anos 1990, a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) apoiou um grupo de pescadores locais com objetivo de preservar a sua atividade econômica e a sua própria existência. Essa iniciativa junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o poder público municipal, universidades e ONGs, levou a criação de um centro de beneficiamento de mexilhões, com poder de gerência local da Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba (ALMARJ).

A construção dessa rede institucional gerou a ruptura do isolamento social e econômico do grupo envolvido, como aponta Ritter (2007) em sua tese de doutorado, onde descreve a ascensão social de um grupo de imigrantes nordestinos que viviam basicamente da extração do marisco. Nesse momento, a atividade era exercida pelo grupo como alternativa ao fechamento das fábricas de enlatamento de sardinha e a estagnação da pesca, e era tida, como trabalho desqualificado.

A implementação do centro fortaleceu o grupo dando mais visibilidade e agregando valor a atividade, revertendo uma situação de exclusão para uma de reconhecimento. Ritter

(*ibidem*) avalia que para os envolvidos no trabalho de beneficiamento do mexilhão, especialmente para os nordestinos, o maior ganho está relacionado ao incremento do capital social e simbólico do grupo. E dá ênfase à atuação feminina, uma vez que as mulheres são a maioria no centro de beneficiamento e também por sua postura de liderança nos processos de mobilização da comunidade. Sua presença se destacou também nas assembleias, onde antes eram raramente representadas.

Roldan & Christensen (2004) remontam o histórico de formação da ALMARJ que agregava na década de 1990, em seu início, 30 famílias. Em 2004, eram 90 sócio(a)s e os autores estimaram que cerca de 1250 pessoas viviam, direta ou indiretamente, do trabalho realizado junto à mesma. Através de suas parcerias e assistência técnica, a unidade obteve o selo do Serviço de Inspeção Estadual (SIE) o que aumenta a visibilidade, assim como também, as possibilidades de comercialização do produto em todo o estado do Rio de Janeiro.

Na estimativa de Lage & Jablonski (2008) a produção total de Jurujuba perfaz de 50 a 70% dos mexilhões coletados na região da Baía de Guanabara, num montante de aproximadamente 20-65 ton./mês do produto *in natura*. Segundo os autores, o extrativismo; coleta de mexilhões nos costões rochosos das ilhas próximas a comunidade; ocorre há 40 anos e, hoje, a atividade se associa à coleta para o cultivo (Figura 04).

De acordo com o relatório da ECOMAR (2009) cerca de 80 famílias no local tem na maricultura sua principal, por vezes única, atividade econômica. O levantamento citado pontua diversas falas que caracterizam a ampliação da atividade especialmente em virtude da crise no setor pesqueiro. É interessante contextualizar esse estudo, que caracterizou a atividade pesqueira no entorno das Ilhas Cagarras. A área foi transformada em Monumento Natural em Abril de 2010. O Instituto Chico Mendes para a preservação da biodiversidade (ICMBio) está atualmente reunindo atores locais das diferentes comunidades pesqueiras envolvidas para apresentar e discutir essa nova ordenação e elaborar seu plano de manejo. A Petrobrás Ambiental patrocina o projeto que tem como parceiros o Museu Nacional da UFRJ e a Colônia dos pescadores Z-13<sup>17</sup> no Posto 6 em Copacabana.

---

<sup>17</sup> A Colônia de pescadores Z-13, com sede no posto em 06 em Copacabana, agrega 200 profissionais da pesca incluindo o núcleo da Lagoa Rodrigo de Freitas, o quadrado da Urca, o canal da Barra e o Pontal do Recreio. Fonte: [www.mpa.com.br](http://www.mpa.com.br).

Inicialmente, em virtude do contexto exposto anteriormente, esse trabalho seria centralizado na atuação da ALMARJ e a partir dela conheceria as mulheres marisqueiras e o seu trabalho. Em contato inicial, logo nos primeiros dias de campo, conheci um integrante da sua diretoria que bastante solícito, se dispôs junto a outros diretores a me conceder uma entrevista e me apresentar o local. Infelizmente, o centro de beneficiamento estava fechado e assim passaria grande parte do período relativo ao trabalho de campo. A Associação passa por delicado processo de transformação em uma cooperativa, o que inviabilizava a nossa estratégia de entrada em campo. De qualquer forma ela é central para a produção do mexilhão e aparecerá ao longo do trabalho no dia a dia do(a)s marisqueiro(a)s.

Outra organização que merece destaque em Jurujuba é a Associação das Mulheres e dos Povos das Águas e, foi através da presidenta da mesma que eu fui apresentada ao grupo de marisqueiro(a)s que viabilizou a pesquisa. Essa Associação intervém de forma tímida, porém combativa para pontuar questões de melhoria na vida do(a)s marisqueiro(a)s não é específica de mulheres, pois envolve a dimensão do trabalho familiar no local.

Há ainda, a Associação de Maricultores que está também em fase de formação. A ideia é agregar maior número de produtor(a)s envolvendo também bairros do entorno. O presidente da mesma apontou maior necessidade de produção, dada a crescente demanda do produto. Além disso, há uma Associação de Pescadores de Jurujuba que está fechada, seu espaço tem sido reivindicado pelo(a)s pescadore(a)s locais. Vale destacar também a Associação de Moradores de Jurujuba, a ALMORJ, que com ampla estrutura abriga uma creche que atende cem crianças do bairro e costuma ser alugada nos fins de semana para festas de aniversário e bailes.

A COLÔNIA Z-08 sediada ao lado do mercado de Peixe São José no centro de Niterói tem uma sede em Jurujuba, destacando a importância da atividade pesqueira para no bairro. Com um pequeno porto e fábrica de gelo, a Colônia presta serviços aos barcos que chegam ou saem dali, geralmente para pescas em alto mar de porte industrial, com destaque para a captura de sardinha e corvina. O presidente da mesma foi entrevistado e disponibilizou os dados pesqueiros coletados no local. Algun(ma)s marisqueiro(a)s tem na Colônia uma parceira geralmente para organização de documentos e esclarecimentos legais. Maior detalhamento sobre o papel de cada uma dessas associações aparecerá em situações específicas trazidas sempre que pertinente.



**Figura 04 – Área do cultivo de mexilhões vista de cima.**

O projeto Orla<sup>18</sup> do município de Niterói também vem sendo implementado em Jurujuba, com convênio com a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) é de iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e o Instituto Estadual do Meio Ambiente (Inea) com o objetivo de aplicar diretrizes gerais de disciplinamento e uso e ocupação do solo da orla marítima, além de fortalecer a atuação e articulação de diferentes atores na gestão integrada da orla. A participação das comunidades interessadas está prevista no âmbito da realização de audiências públicas. Ao caminhar por parte da orla do bairro de Jurujuba pode-se ver que parte das calçadas, e bancos do final da enseada - onde estão reunidos os restaurantes de frutos do mar, que atraem os turistas especialmente no fim de semana, foi reformada e reestruturada. No decorrer do ano em que estive em campo parte da obra já foi destruída pela ação das ondas que ali batem direto no costão e o início da calçada está interditado para reparos novamente.

Um Projeto de extensão realizado em 2002 pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em Jurujuba com a participação de 250 famílias, cerca de 20% da população do bairro na época, aponta como resultado preliminar que em função da pressão causada aos recursos naturais da Baía de Guanabara a atividade pesqueira vai perdendo espaço para outros serviços. A tendência é de que o local passe a ser uma comunidade de trabalhadore(a)s

---

<sup>18</sup> Informações disponíveis no relatório anual da FIPERJ disponível no site da Instituição: [http://www.fiperj.rj.gov.br/fiperj\\_imagens/arquivos/revistarelatorios2011.pdf](http://www.fiperj.rj.gov.br/fiperj_imagens/arquivos/revistarelatorios2011.pdf)

urbano(a)s da periferia. Os resultados do grupo de pescadores entrevistados mostravam que 70% dos pescadores atuavam especificamente na pesca enquanto outros 30% tinham trabalhos complementares à atividade. Entre os profissionais que trabalhavam embarcados apenas 4% possuíam situação de trabalho formalizada. Dentre eles, 98% ganhavam entre 1 e 3 salários mínimos, 31% completaram a 4ª série e 69% 8ª série do ensino fundamental. A maior parte dos pescadores (62%) tinha entre 40 e 59 anos de idade, 18% estavam na faixa entre 20 e 39 anos, apenas 2% eram menores que 19 anos. Entre os entrevistados, 20% se declaram brancos, 38% negros e 42% pardos. Não há neste estudo referências às mulheres pescadoras, nem informações específicas sobre a atividade de produção do marisco.

Recentemente a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca de Niterói (SEDRAP) divulgou em destaque no jornal Fluminense (maio/2013) que fará investimentos no setor pesqueiro em Jurujuba, e prevê o beneficiamento de 800 famílias que trabalham com a pesca. Haverá investimento de infraestrutura para embarque e desembarque de pescado, além de investimentos e infraestrutura para armazenamento e manipulação do pescado. Não há detalhes, mas pode-se notar o caráter produtivista das intervenções no intuito de aumentar a produção, como de costume nas políticas pesqueiras.

Lembro-me das primeiras entrevistas feitas em campo no início de abril de 2012 quando conversei com um membro do conselho fiscal da Associação Livre de Maricultores de Jurujuba (ALMARJ) e com o presidente da Colônia Z-08 no local. Também se falou muito de produção e das dificuldades e limitações da mesma.

Segundo o representante da ALMARJ a demanda de marisco pode ser bem manejada com apoio do cultivo. Eles almejam conseguir o selo de inspeção nacional para que possam vender o produto para além dos limites do estado do Rio de Janeiro. Tem restrições como Associação e acabaram de iniciar os trâmites para se tornarem uma Cooperativa. Recentemente multados por órgão de vigilância, o trabalho no centro foi temporariamente suspenso. Com funcionamento normal, cerca de trinta mulheres trabalham no processamento e a produção pode alcançar de uma a duas toneladas de marisco por dia. Infelizmente, não foi possível acessar dados mais detalhados do perfil do(a)s associado(a)s.

A ALMARJ possui ainda junto ao centro de beneficiamento uma peixaria e também compra peixes que chegam ao porto em Jurujuba para vender em Niterói ou no CEASA assim como fazem com o marisco. Os membros da diretoria reúnem-se frequentemente e de vez em quando, convidam todo(a)s o(a)s associado(a)s. Não há conflitos de nenhuma espécie com os

pescadores: *são nossos pais e nossos filhos* diz o representante, sem fazer distinção entre esses dois grupos. Só há um porém: *Tem um pessoal que não quer trabalhar aqui porque acha que ganha pouco*. E é parte desse grupo que me aproximei em campo.

O presidente da Colônia critica a burocracia e a lentidão para o cadastro de pescadore(a)s realizado pelo Ministério da Pesca, assim como para a legalização de embarcações. Avalia também que falta clareza para a liberação das licenças de pesca de espécies específicas. Em Jurujuba, por exemplo, apenas quatro embarcações possuem licença para pescar sardinha. Ele acredita que deveria existir um serviço de apoio ao(a)s pescadore(a)s para a retirada dos documentos nas comunidades pesqueiras. Hoje o(a) pescador(a) precisa ir ao Rio de Janeiro para dar entrada nos documentos. Outro grande problema é que considerável parcela da categoria é analfabeta ou possui baixa escolaridade.

Há 12 anos ele é presidente da Colônia Z-08 com o mesmo grupo de diretores. De frente para praia a estrutura física da mesma conta com um pequeno escritório onde duas secretárias trabalham assessorando o(a)s pescadore(a)s e organizando o entre e sai de barcos do porto. Os serviços de óleo e a venda de gelo são terceirizados, a Colônia cobra uma taxa por tonelada de pescado desembarcado.

Muitos marisqueiro(a)s são cadastrado(a)s na Colônia e ele explica que a categoria de marisqueiro(a) não existe: *todos os que vivem de frutos do mar são pescadore(a)s*. Sobre a Associação ele é reticente, informa que também compram e vendem peixes e impõe um preço ao(a)s maricultore(a)s. Ele conhece muitas famílias que trabalham no mexilhão, mas reconhece que a atividade pode ser apenas uma alternativa, um complemento.

As condições do cultivo de Jurujuba pode impressionar quem vem de fora. Na segunda ida a campo fui acompanhada de um amigo que conhece comunidades pesqueiras artesanais de norte a sul do país e em diferentes partes do mundo. Aprendi com ele sobre petrechos de pesca, embarcações e sobre o cultivo de marisco enquanto observávamos o vai e vem de barcos e pescadore(a)s. Foi quando também fui à praia pela primeira vez cruzando ruelas estreitas e, naquele momento, estranhas e assustadoras. Impressionado, ele pontuava as precárias condições de infraestrutura do processo de produção e a qualidade da água na Baía de Guanabara, resultado de intensa ocupação urbana e seus múltiplos e conflitantes usos.

A repetição das condições ambientais do cultivo pouco é discutido pelo grupo de marisqueiro(a)s. Antigamente diz-se havia mais marisco, mas as condições de trabalho eram ainda mais duras e era muito difícil escoar o produto:

Havia mais quantidade, muito mais. Mas era mais difícil pra venda, pra tudo né? Depois dessa instituição que nasceu ali fora, houve um melhoramento grande; (Pedro, marisqueiro).

Em outro momento, com um grupo de marisqueiro(a)s durante a caminhada ecológica nos fortes históricos do bairro paramos para observar Jurujuba lá do alto. *É bem mais bonito de longe* lamenta uma delas.

Outra ameaça aos estoques pesqueiros atuais é dada pelo crescimento da pesca industrial que, dotada de apoio tecnológico específico, captura grandes quantidades com redes de emalhe pequenas ou redes de arrasto que pouco selecionam suas presas:

Você sabe o que tá acabando com o pescado acho que no mar brasileiro? São os grandes barcos esses que vão lá e matam 60 toneladas num lance só; (Pedro, marisqueiro).

Nas águas da Baía de São Francisco onde está Jurujuba, pequenas, médias e grandes embarcações, assim como pequenos veleiros de uma escola náutica local, inúmeros iates, a barca de transporte de passageiro(a)s e a área do cultivo usam o espaço costeiro, ora em conflito, ora em cooperação.

## CAPÍTULO II

### A PRODUÇÃO DO MEXILHÃO E O TRABALHO FEMININO NA PONTA DA ILHA, JURUJUBA, NITERÓI/RJ.

Esse capítulo traz um olhar mais detalhado para o dia a dia do trabalho na produção do marisco em Jurujuba. A apresentação de cada etapa nos auxilia a entender o que significa viver do marisco e como as mulheres atuam nessa cadeia. Os temas apresentados aqui são trazidos pelo(a)s entrevistada(o)s e também são fruto das observações feitas em campo.

Dessa forma, analisam-se questões que se referem também ao trabalho familiar, ao território, ao acesso a direitos (ou a falta dele) tentando, sempre que possível, fazer reflexões sobre as relações sociais de gênero. Sem a pretensão de esgotar os temas aqui abordados pretende-se contribuir para o aprofundamento da discussão sobre o trabalho das mulheres no/do mar, talvez assim ele, o mar, também possa se ‘tornar’ cada vez mais feminino.

#### 2.1. A ESPÉCIE

A aquicultura, com a criação de peixes de água doce em tanques e áreas de barragens vem tendo bastante destaque na política do governo de incentivo à modalidade. Com destaque para a produção de tilápias que é uma espécie exótica. A maricultura cresce também de forma rápida no Brasil e destacam-se os cultivos de vieiras e ostras no litoral de Santa Catarina, assim como fazendas de camarão no nordeste brasileiro.

No Estado do Rio de Janeiro cultivam-se vieiras, mexilhão, ostras do mangue, algas e Bejupirá – peixe cosmopolita de importante valor comercial ainda em fase de experimentação. A ostra gigante do pacífico ou ostra japonesa também foi introduzida na costa fluminense.

Os mexilhões são abundantes no litoral brasileiro, geralmente presos aos costões rochosos na região de variação das marés e início do infralitoral (MAGALHÃES & FERREIRA, 1997). Para a fixação os mexilhões contam com uma estrutura denominada bisso, de tecido musculoso esses filamentos facilitam o cultivo da espécie.

Diversas espécies de moluscos bivalves da família Mytilidae recebem a denominação de mexilhão, sendo os gêneros mais comuns *Mytilus*, *Perna* e *Mytella*. Outros nomes populares são: marisco, marisco das pedras, marisco preto, sururu, bacucu e ostra-de-pobre (MAGALHÃES, 1985 *apud* FERRAZ, 2006). Em campo, ouvem-se os dois nomes, com mais frequência para o último, geralmente, *mexilão*.

Com elevados valores proteicos e vitamínicos o mexilhão é fonte de alimento nas mais diferentes partes do mundo. A grande capacidade de conversão de produção primária, associada ao potencial de adaptação às mais diversas condições ecológicas, o apontam como um importante recurso econômico. É também de fácil adaptação ao cultivo em viveiros artificiais, o que permite aumentar sua produção, qualidade e ritmo de crescimento (FERNANDES, 1981).

Os mexilhões representam uma importante fonte de alimento e de renda para as populações de baixo poder aquisitivo que vivem nas zonas costeiras. O *Perna perna*, muito comum na costa brasileira, é a espécie endêmica na Baía de Guanabara cultivada em Jurujuba e encontrada nos costões rochosos da região. O marisco é um organismo filtrador e por isso é muito utilizado para estudos de qualidade de água (FERRAZ, 2006).

## **2.2. A COLETA**

A criação de mexilhões, a mitilicultura, é recente no Brasil, sendo praticada de forma comercial desde os anos 80. A espécie *Perna perna*, cultivada também em Jurujuba, é a mais comum no país. O estímulo da produção se deve ao rápido crescimento da espécie e seu sabor bastante apreciado (MARQUES, et. al. 2008). Merece destaque a produção do estado de Santa Catarina responsável por 15.965 toneladas de marisco, o que perfaz 95% do total nacional (EPAGRI, 2011). A obtenção das sementes para o cultivo vem em parte dos costões (25%), porém a maioria é obtida através de coletores artificiais (51%), uma parte é comprada (12%) e outra é retirada das cordas do próprio cultivo (11%), (EPAGRI, 2011). No litoral de São Paulo onde a produção é semiartesanal feita por famílias de pescadore(a)s e comunidades tradicionais, as áreas de cultivo são menores e já se inicia o emprego de coletores artificiais, uma vez que os costões naturais têm tido sua produção diminuída frente à demanda crescente.

Em Jurujuba, as sementes são coletadas nos costões de ilhas próximas, dentro ou fora da Baía de Guanabara (Figura 05). Atualmente, em virtude de existirem pouquíssimas sementes em sua porção interna, é necessário *sair* para cata-las. Essa drástica diminuição, segundo o(a)s marisqueiro(a)s, é atribuída à despoluição da Baía, que para conseguir o afundamento dos resíduos sólidos despeja componentes prejudiciais aos mariscos.

Ultimamente a maior parte das sementes disponíveis estão fora da Baía e em geral, são coletadas em grupos formados por homens e mulheres utilizando uma embarcação a motor pequena (cerca de 10 a 12m). Baleeiras<sup>19</sup> são amarradas à embarcação maior para que se possa acessar os costões e coletar as sementes. Alguns grupos ainda a fazem de baleeira e vão remando até os costões, tem capacidade de coleta e de área limitada em virtude do tamanho da embarcação (Figura 06).



**Figura 05 – Mexilhões presos ao costão rochoso.**



**Figura 06 – Baleeira.**

Outro gargalo é o acesso às sementes, com embarcações pequenas as áreas de coleta estão limitadas quase que a área interna da Baía. É possível sair com o barco a motor da Associação (ALMARJ), porém o custo é alto:

Aí vamos supor: marisco que o dono poderia tirar 300 reais aqui fora, ele lá tirava 150, às vezes. É então era muito prejuízo. Ah eu falei: ah não vou pro mar com ele. Aí eu ia pro mar. Eu e ela a gente ia pro mar; (*Joana, marisqueira*).

Pode-se também comprar as sementes para plantar, algumas pessoas catam e vendem para ter um retorno rápido, geralmente associado ao próprio cultivo, não observei alguém que fizesse exclusivamente essa atividade.

Participar de uma saída para o mar para coleta de sementes com o grupo foi muito importante para entender aspectos do trabalho que vão além dos vividos à beira mar e, sem dúvida, fortaleceu os laços da relação construída com algun(ma)s dele(a)s. A preocupação que demonstravam comigo no início, foi se desfazendo quando pude compartilhar com ele(a)s, as

---

<sup>19</sup> Pequena embarcação sem motor.

minhas aventuras em alto mar ganhando assim a simpatia da parte dos tripulantes que não me conheciam, éramos sete – quatro homens e três mulheres.

A coleta das sementes requer muito esforço físico e bastante atenção para se equilibrar nas pedras escorregadias a mercê das ondas. Saímos cedo, com o barco equipado com muitos tabuleiros, escavadeiras, telas de plantio, luvas e tênis. Levávamos água, biscoitos, bananas, uma pequena churrasqueira, poucas cervejas e cigarros. Foi a primeira vez que me pediram que trouxesse a máquina fotográfica porque a paisagem valia a pena. Pude fotografar sem nenhum constrangimento. A pedidos eu ia fazendo as fotos, e era o trabalho que merecia registro e apesar da água fria, do perigo e do esforço físico, todo(a)s orgulhoso(a)s faziam poses, ora para demonstrar força, ora o resultado do trabalho, com alguns tabuleiros agora cheios de pequenas sementes (Figuras 07 e 08).



**Figura 07 – Em busca de sementes.**



**Figura 08 – Sementes sendo coletadas.**

Já fora da Baía de Guanabara, paramos perto de costões que de longe se viam pretos de tantas pequenas sementes. As condições de mar, com ventos constantes e algumas ondas, foram avaliadas. Dois senhores já estavam ali, coletando os mexilhões e enchendo sua baleeira, eles também tinham apoio de uma embarcação motorizada.

Os tabuleiros, as escavadeiras, luvas, café e cigarros foram colocados nas embarcações e nós nos dividimos e remamos em direção aos costões. Com cuidado e ajuda mútua descemos nas pedras e desembarcamos o material que foi dividido, após cada um(a) selecionar seu local de trabalho. Ainda que tenha tentado auxiliá-los nesse dia, como de costume, quando me juntava às mesas de beneficiamento para *descascar* o marisco, não tive a habilidade necessária, para retirar das rochas as pencas. É preciso ter força e jeito e com uma batida forte retirar as sementes sem danificá-las, além de equilíbrio e coragem porque as ondas se quebram com força e podem levar um tabuleiro cheio, o material de trabalho ou pior,

fazer com que você caia sobre as pedras (Figuras 09, 10, 11 e 12). Mais conscientes dos perigos do que eu; insistiam em agradecer a companhia, as fotos e qualquer outro pequeno apoio que eu lhes prestasse enquanto faziam a coleta. Um deles disse que se eu voltasse bem, já estava ótimo.



**Figuras 09 e 10 - Chegada ao costão.**



**Figuras 11 e 12 – Retirada das sementes com escavadeira.**

Enquanto as ondas batiam, os tabuleiros iam se enchendo e deu-se início ao processo de coloca-los na baleeira, para leva-los ao barco, ancorado a poucos metros do costão. Cada um(a) contabiliza o resultado de seu trabalho, quando um deles informa que ainda precisa de mais alguns. Seu outro filho não veio e é melhor garantir que ele e sua esposa tenham

mariscos para plantar, o defeso vai começar e não se sabe quando será a próxima saída para o mar.

Todo(a)s ponderam, já estão há muito molhado(a)s e, é melhor prevenir mesmo, assim outros tabuleiros se enchem. Dois dos tripulantes que estavam coletando no costão em frente também voltam ao barco com sua baleeira cheia de sementes.

Em grupo, discuti-se como acopla-los e cada um(a) sabe exatamente o quanto produziu. Na volta, uma das baleeiras está cheia e vai sendo carregada pelo barco. Era preciso cuidado, o mar estava mais mexido, a sensação era de missão cumprida, pelo menos por enquanto. A chegada previa ainda muito trabalho porque o plantio ainda seria feito. Na pequena churrasqueira, assamos dois peixes que pegamos na ida, quando passávamos perto de barcos de pesca que cercavam<sup>20</sup> um cardume. Ouvíamos música alta enquanto parte do marisco já ia sendo preparado para o plantio colocado em um cano PVC envolto por uma tela de nylon, também tecida por ele(a)s, geralmente é um trabalho das mulheres (Figura 13).



**Figura 13 – Sementes plantadas, penca.**

É na coleta que o trabalho inicia, o cultivo precisa ser alimentado pelas sementes que levam de três a quatro meses para atingirem valor comercial. É agosto, e logo, o defeso

---

<sup>20</sup> Pesca de cerco – empregada tanto na pesca artesanal quanto na industrial, o cardume é envolvido (cercado) pela rede. É um método de pesca pouco seletivo, pois ainda que busque cardumes de espécies específicas, acaba por englobar em suas malhas juvenis e fauna acompanhante que acabam sendo descartados em grande quantidade no final dessas capturas.

impedirá que elas sejam *arrancadas* nos rochedos<sup>21</sup>. Em analogia à agricultura alguém esclarece:

Ele tem que passar pelo menos um mês, pra ele ficar desse tamanhozinho assim porque se não ele se desfaz todinho. Fica igual, feijão, milho, arroz, né? De grão em grão pra que ele se ajuste tem que esperar...(Seu Pedro, marisqueiro).

Desembarcamos no pequeno píer de madeira em frente a uma das casas, que pertence a uma das famílias do(a)s marisqueiro(a)s. Somos recebidos com alegria e alívio pela dona da casa ao se certificar que, apesar de alguns arranhões nas pernas, todo(a)s estão bem.

Na chegada recebo tratamento especial, devo estar cansada, posso subir e descansar e se preocupam com o que devo comer, já que meus hábitos alimentares são conhecidos e comentados no grupo. Agradeço o carinho, estou satisfeita com o peixe que comi no caminho, peço o café doce que a dona da casa faz tão bem e me disponho a acompanhá-los nesta tarde e noite adentro, quando terminaríamos de preparar as pencas que seriam colocadas no cultivo, logo cedo na manhã seguinte. Já são quase nove horas da noite quando me despeço e recomendam que tome um banho ou vão me confundir com uma pescadora pelo caminho. Com alguma surpresa digo que não me importaria, muito pelo contrário.

Ainda no ponto de ônibus tento reviver as tantas informações deste dia e vou fazendo as contas das longas horas de trabalho. As mulheres, uma delas estava com a filha pequena febril e foi acolhê-la assim que chegou, para logo depois voltar ao trabalho. A outra, mãe de duas adolescentes, após certificar-se como tinha sido o dia, voltou ao trabalho, preocupada com o tempo que uma delas passava na internet. Mulheres que acharam seu espaço em alto mar, o mais misterioso do universo pesqueiro e, também por isso; mais difícil, seguem com a carga de trabalho aumentada pelo trabalho doméstico e reprodutivo. Nada de novo no cenário de excessos do mundo do trabalho feminino, que ainda quando, às vezes, pareça libertar, oprime aumentando o número de atividades ao invés de dividi-las com o(a) parceiro(a), quando há um(a). Ainda que não seja objeto desta pesquisa se debruçar sobre as especificidades do trabalho reprodutivo, não podemos deixar de registrá-lo como um trabalho que recai comumente às mulheres.

No dia 31 de agosto, ainda quando era permitido sair para coletar sementes, em função de problemas com a embarcação tivemos que cancelar a viagem. Haverá uma longa espera de

---

<sup>21</sup> A Portaria do IBAMA nº 09/2003 regulamenta a coleta de sementes nos costões rochosos do estado do Rio de Janeiro com proibição da atividade no período de defeso.

quatro meses até a próxima. Daqui pra frente só se comercializa legalmente o que há no cultivo.

A saída ao mar marca um salto qualitativo importante no trabalho de campo. Foi um dia de trabalho árduo com bons resultados, a viagem foi segura, a produção foi boa e o meu desempenho tinha sido aprovado pelo grupo. No dia seguinte onde também haveria muito trabalho cheguei a Jurujuba e fui recebida com euforia. Saudada ainda no caminho pela participação no dia anterior eu tinha me tornado também uma *boa pescadora*. Surpresa e feliz chego à praia para o beneficiamento e o assunto do dia é a saída para o alto mar.

No dia anterior eu havia notado que toda as vezes que era requisitada para fotografar, e foram muitas, o retrato era do trabalho – a força necessária para carregar uma grande penca, os tabuleiros cheios, a destreza de se manter em equilíbrio. Apesar do esforço físico, do frio e dos perigos eminentes estavam todo(a)s orgulhoso(a)s e bastante eufóricos durante o processo de coleta. Contar e recontar com detalhes os momentos vividos em alto mar a olhos atentos e curiosos parece ser também uma maneira de reforçar a peculiaridade e a importância do mesmo.

Cada detalhe, das belezas naturais ao tamanho das pencas e das ondas, é descrito e faz parte de uma aventura prazerosa. Entre uma história e outra o trabalho do beneficiamento seguia seu ritmo. Nesse momento os adjetivos endereçados a mim envaideciam e surpreendiam ao mesmo tempo. Alguém chega e pontua que era corajosa e guerreira e estava de parabéns. Não, definitivamente, guerreiro(a)s e corajoso(a)s são vocês!

### **2.3. CULTIVO**

O espaço do cultivo em Jurujuba, que já ocupa duas áreas distintas na pequena Baía pode ser utilizado por qualquer um(a) que plante mariscos e vem crescendo a cada dia. Para algum(ma)s é só mesmo para garantir um ganho extra. Repetidas vezes procurei entender quais as possíveis regras que ordenavam sobre quem tinha e/ou quem poderia ter um espínel no cultivo. As respostas vindas de diferentes lados eram sempre as mesmas: *todo mundo, qualquer um(a)*. Mas como existem muitos grupos com interesses diversos nesse mesmo espaço, conflitos da atividade de maricultura com outras, e até mesmo dentro da atividade, são postos.

Com o recente crescimento do setor da maricultura o Estado, no papel de ordena-la, tem um desafio e tanto, uma vez que disputam com a atividade na Baía de Guanabara, mas

também em outros locais, muitas outras atividades privadas nesse imenso espaço de uso comum e bem público. Algun(ma)s autore(a)s defendem que a maricultura pode ser uma forma de fixação do pescador ou possibilidade para sobrevivência do profissional na atividade, dada à crise no setor pesqueiro artesanal (FERRAZ, 2006). Foi desta perspectiva que os projetos de maricultura foram desenvolvidos tanto em Santa Catarina, como no litoral de São Paulo e na costa fluminense. Diegues (1983) chama atenção para o fato de que essas duas atividades diferem; o(a)s pescadore(a)s seriam caçadore(a)s e o(a)s maricultore(a)s produtor(a)s. Essa mudança não envolve apenas adaptações técnicas e aspectos econômicos senão mudanças no modo de viver e com isso tantas outras implicações. Em Jurujuba há uma atividade mexilhoneira anterior ao cultivo e os atores aqui envolvidos identificam-se como marisqueiro(a)s, o cultivo dá suporte à atividade, porém é da cata nos costões rochosos que ele depende. Não vamos aqui discutir aspectos identitários intrínsecos a essas categorias uma vez que esse não é o objetivo do trabalho proposto.

Na costa de Santa Catarina, onde o setor gera a maior produção nacional, há relatos interessantes e esclarecedores dos caminhos que o aumento da produção pode tomar (PAULILO, 2002). A ideia de que a maricultura possa ser uma alternativa significativa para fortalecer comunidades costeiras tradicionais frente à atual crise no setor pesqueiro, pode ser contestada se avaliarmos que a atividade vem atraindo investidores de fora do setor e que a concessão, que era coletiva, passa a ser individual<sup>22</sup>. A maricultura gera conflitos de uso com o turismo, com as embarcações que passam a ter acesso restrito a determinadas áreas, ou por não se adequarem aos planos do setor imobiliário para o local. Assim vão ocorrendo ao longo da costa processos de “apropriação comercial do mar” como descreve (PAULILO, 2009) ao observar as relações da maricultura e o território em Santa Catarina chama atenção para o perigo da criação do “sem-mar” numa alusão direta ao trabalhore(a)s rurais sem terra, nesse caso o(a)s pescadore(a)s tradicionais. Ela indica a transformação do “espaço” em “território” sendo definido por e a partir das relações de poder dos diversos conflitos em disputa no mar. Em proporções e cenários diferentes, a Baía de Guanabara e o cultivo em Jurujuba também podem ser vistos com esse olhar, colocada também, no nosso caso específico, outra relação de

---

<sup>22</sup> Instrução Normativa Interministerial nº 9 de 11 de abril de 2001. Estabelece normas complementares para o uso de águas públicas da União, para fins de aquicultura, e dá outras providências. Brasília, DF, 2001.

poder, a de gênero. Algumas questões relacionadas aos usos do espaço em Jurujuba são trazidas pelas mulheres posteriormente ao longo deste item.

Segundo a FIPERJ as regiões de maior produção da maricultura no litoral do estado do Rio de Janeiro são a Costa Verde e a Baixada Litorânea. A atividade teve início na região na década de 1990 quando a prefeitura de Angra dos Reis incentivou a atividade com o objetivo de criar fonte de renda a moradore(a)s da Ilha Grande para evitar a evasão do(a)s mesmo(a)s pressionados pela especulação imobiliária. Atualmente a FIPERJ, o MPA e a prefeitura municipal têm um projeto de revitalização da atividade no local com a introdução do cultivo de vieiras e bejupirá, esse último é um peixe de crescimento rápido e importante valor comercial.

Informações sobre o início da atividade de maricultura em Jurujuba já foram apresentadas anteriormente, cabe agora olhar com mais atenção para as técnicas que envolvem a produção de mexilhão no local. Assim pode-se também entender melhor o trabalho envolvido nesse processo.

O cultivo de moluscos em áreas profundas é do tipo “long-line”, onde um cabo mestre (ou espinhel), fundeado com poitas ou âncoras, é sustentado na superfície por flutuadores. Para o cultivo de mexilhões, as pencas são amarradas ao cabo para que se desenvolvam até que atinjam tamanho comercial. O mesmo padrão é utilizado para a criação de ostras e vieiras que utilizam lanternas japonesas no lugar das cordas. Esse sistema permite que os animais cresçam na coluna d’água mais protegidos de eventuais predadores e parasitas, uma vez que não tem contato com o fundo marinho. Em áreas mais rasas estruturas fixas de bambu podem ser utilizadas para prender o cabo.

Em Jurujuba é quase consenso entre o(a)s maricultore(a)s que a presença do centro de beneficiamento (ALMARJ) facilitou a venda, aumentou a demanda e é positiva para o grupo de pessoas que vive da atividade. Sem entrar em detalhes aqui sobre aspectos nem tão positivos desta relação, o trabalho que envolve o manejo dessa estrutura é descrito a seguir.

Presos com poitas, as cordas (ou espinhéis) boiam na superfície como ilustrado na figura 14, com auxílio de grandes galões de plástico. Nessas cordas é que serão amarradas as pencas dos mariscos plantadas na tela de nylon, que já é tecida de forma que uma parte da corda que perpassa toda a tela seja destinada a prendê-la, com um nó, ao cultivo. São levadas de baleeira para serem fixadas. Vez ou outra é preciso limpá-las retirando da corda do cultivo

e, às vezes, dos próprios mariscos outros animais ou plantas que se fixando ali podem atrapalhar o crescimento dos mesmos ou até derruba-los.



**Figura 14 – O cultivo e a colocação dos espinhéis.**

A morfologia da Baía protege de certa forma o cultivo de condições extremas de mar. Diariamente, porém fortes ondas, causadas pelo catamarã que transporta passageiros no trajeto Charitas (Niterói)-Praça XV (Rio de Janeiro), balançam as águas do local e com elas o cultivo todo se movimentava. Parte das perdas de algumas pencas é abordada a navegação das embarcações que não respeitam a velocidade limite de segurança, imposta por lei. Pequena parte é roubada, uma ou outra cai porque a corda arrebenta ou não foi bem amarrada.

É comum que o vai e vem dos catamarãs seja citado quando se questiona sobre os problemas ou dificuldades no manejo do cultivo:

Essa catamarã maltrata a gente, mas maltrata, todo dia na boia; (*Renata, marisqueira*);

Essa catamarã veio pra ajudar muita gente, né? Ajudou muita gente, mas nós, prejudicou. Ela prejudicou muito o marisqueiro, né? Eu, agora, tenho até medo de ir pro lado de lá...Eu gosto muito de tirar sábado e domingo, ou feriado, né? Porque não tem ela, né? (*Bel, marisqueira*).

No trabalho de Ferraz (2006) sobre o potencial aquícola de Niterói que apresenta um estudo comparado entre a maricultura nas comunidades pesqueiras de Jurujuba e Niterói, os marisqueiros entrevistados já apontavam o trânsito de embarcações como um dos maiores problemas para o cultivo, além da poluição e do turismo. Sobre o catamarã, porém as opiniões divergiam e já havia quem dissesse que a influência das ondas traria benefícios.

Da mesma forma, em campo também ouvimos: *é um bem, é um mal, mas que produz o bem*. É provável que o agito das águas, causado pelas ondas que batem no cultivo e nas praias de Jurujuba sempre que a barca de passageiros passa, contribua para a oxigenação da coluna d'água e o aporte de alimentos. De acordo com informações de moradore(a)s do bairro a

morfologia da praia apresentou intensas modificações recentemente. Se hoje o amontoado de conchas e cascalhos caracteriza o local, há depoimentos que atestam que a área cresceu bastante e antes predominava a areia, tendo sido, por um momento, coberta por sedimento fino e escuro como uma lama.

A grande quantidade de material orgânico, nesse caso as conchas que sobram do beneficiamento, depositadas na praia ou jogadas aleatoriamente na água, são o principal impacto da maricultura de pequena escala, em função também da dinâmica praial e a geomorfologia do local podem alterar a qualidade da água. Em Jurujuba o cultivo parece estar mais ameaçado pela qualidade da água da Baía de Guanabara do que pelo acúmulo de conchas. Caso a produção cresça, outros impactos podem surgir tanto em relação à qualidade da produção quanto a conflitos com outro(a)s usuário(a)s na competição por espaço.

Ao insistir sobre outros possíveis conflitos com a atividade a relação com a pesca parece harmônica:

A maioria dos pescadores ali, a maioria é família dos marisqueiros. Então eles não arranja atrito, não tem atrito. Mas essa catamarã aí, que antes não tinha... (*Renata, marisqueira*).

A ideia de que Jurujuba é uma comunidade pesqueira onde todo(a)s formam uma família é bastante comum e será abordada com mais detalhe posteriormente, ela reforça a identidade pesqueira do local mesmo frente à crise no setor. Caracteriza também relações da vida na pesca artesanal, do trabalho feito em família e da camaradagem entre aquele(a)s que sabem da importância de contar um com outro frente aos perigos e as surpresas que o mar pode trazer (DIEGUES, 1983). Comumente, enquanto trabalhávamos no beneficiamento e pequenos barcos de pesca saíam ou chegavam pude observar troca entre os grupos. Saudavam-se e trocavam informações sobre a pesca e as condições do mar. Essa interação ocorria também com alguns barcos de passeio. Também não foi incomum observar relações de ajuda mútua quando uma embarcação tinha problemas de motor ou precisava de algum outro suporte.

O plantio e a colheita são feitos de acordo com o planejamento e as possibilidades de cada família. Há um tamanho ideal para a retirada do marisco, porém às vezes por dificuldades financeiras, acaba-se tirando pencas com mariscos médios ou pequenos para a venda. Outras vezes, é o mercado que pressiona o(a)s marisqueiro(a)s a beneficiarem seu produto pouco antes do tempo. O cultivo cria a possibilidade de vender o marisco o ano todo, ainda que em menor quantidade durante o período do defeso, que ocorre também em

mercados próximos como Angra dos Reis, com pouca oferta, o preço sobe. Já no verão a produção reinicia com intensa coleta nos costões e significativa queda do preço por quilo.

Como já mencionado anteriormente, não há claras restrições para plantar: ao encontrar um espaço para um novo espinhel acorda-se com o(a)s marisqueiro(a)s vizinho(a)s a colocação do mesmo, em geral sem problemas. Conflitos podem aparecer e envolvem geralmente contextos de grupos específicos:

Eu falei: meu filho o mar é público, planta quem quiser e quem tem disposição, coisa que você não tem. Eu falei pra ele: porque você é um acomodado, você é minha mãe que sustenta. Você não tem nem o que falar, um homem que é sustentado por mulher tem que ter vergonha na cara, falei pra ele; (*Karina, descascadeira*).

Essa fala além de trazer mais uma vez a ideia do mar como um bem de todo(a)s traz também algumas outras questões interessantes do contexto de trabalho. É preciso ter *disposição* para plantar, pois o cultivo requer cuidados constantes e serão necessários alguns meses até que ele possa ser vendido. Ele é cansativo e dá trabalho não serve para pessoas *acomodadas* como adjetiva Karina. Enquanto desqualifica o sujeito para a atividade, valoriza o trabalho. Ela que já na infância ia com o pai vender marisco no mercado não entende que um homem seja sustentado por uma mulher, mas tampouco acredita no contrário, ela sempre trabalhou tendo ou não um parceiro.

## 2.4. BENEFICIAMENTO

Mais uma vez, transportadas nas baleeiras, as pencas chegam à beira mar bem mais pesadas do que quando o marisco foi plantado (Figura 15). Essa parte do trabalho pode ser feita por uma ou duas pessoas. Uma vez desembarcadas, as pencas são *destrinchadas* com golpes fortes dos pés. É preciso soltar as conchas entrelaçadas umas as outras, nos fios de nylon, e/ou pequenos animais, algas ou algum outro resíduo sólido que porventura tenha sido lançado de encontro ao cultivo pela maré. Com auxílio de uma faca, os mariscos vão sendo preparados para o cozimento. Essa etapa é o *destrinchamento*<sup>23</sup>, com intensas batidas o marisco vai se soltando para que possa ser preparado para o cozimento. Empilhados em tabuleiros num pequeno carrinho de mão são levados até o fogo, ali mesmo no canto da praia.

---

<sup>23</sup> O termo *quebrar* as pencas também é muito utilizado.



**Figura 15 – Pencas de mexilhão para o cozimento.**

O fogo é feito no chão com restos de madeira diversos onde se apoiam galões cheios de água do mar para o cozimento do marisco. O tamanho dos galões depende da quantidade a ser beneficiada, assim como de quem as maneja. As mulheres preferem trabalhar com os pequenos - as *latas de vinte*, essa é considerada pela maioria como a etapa mais perigosa do beneficiamento, além de bastante desconfortável pelo calor excessivo. O galão é coberto com um pano que funciona como uma tampa e apressa o cozimento (Figuras 16 e 17).



**Figura 16 – Madeira coletada para o cozimento.**



**Figura 17 – Galões de cozimento.**

Assim que se abrem, os mariscos retirados do galão são colocados ainda quentes nas mesas de trabalho, onde as mulheres (em sua grande maioria) descascam um por um. Esse trabalho de cozimento vai sendo feito até que o último galão seja pré-cozido. O tempo de trabalho vai depender de quantas pessoas estão envolvidas na tarefa, da quantidade a ser descascada e da ‘qualidade’ do marisco que, às vezes está fácil de descascar e outras não. Era comum encontra-las na praia, já com um diagnóstico das condições de trabalho: *Deu sorte, o marisco tá bom; Hoje tem muito e tá daquele jeito, já machuquei até o dedo.*

O marisco está *magro* quando ainda está pequeno, aquém do tamanho ideal para a venda. Se ele está *preto* há grande quantidade de sedimentos finos em suspensão na água, nessas condições o trabalho é cancelado. Marisco *bom* é grande e fácil de descascar, aquele que se solta fácil da concha, o trabalho fica mais rápido e prazeroso, além de ter maior valor comercial.

Nas mesas, separam-se os mariscos descascados em tabuleiros que aos poucos vão sendo levados para galões com água do mar fresca de preferência a sombra. No chão as cascas de mariscos vazias também vão se acumulando em tabuleiros e são depositadas/jogadas na beira da água mesmo. A maré se encarrega de leva-las e a parte que permanece no local forma um chão de conchas ao longo de toda a extensão dessa área (Figuras, 18, 19 e 20).



**Figura 18 – Mesa para descascar.**

Pré-cozidos e descascados, os mariscos são levados de baleeira para a venda, ali perto, no fundo da enseada, onde estão os atravessadores do produto.

Volta e meia passa pela praia um vendedor com seu caderninho e inúmeras ofertas. Ele tem toalhas de banho, lençóis, panelas, vasilhas plásticas e pode trazer boa parte das demandas de utensílios para o lar que possam surgir. Todos os seus produtos são bastante caros, mas podem ser parcelados em quantas vezes forem necessárias incluindo as incertezas da produção do marisco no tempo para quitar a dívida. Às vezes, é ele quem informa quanto se deve. A quentinha, as compras em pequenos supermercados e/ou birosacas também podem ser anotadas num caderninho para serem pagas depois *quando tiver marisco*.



**Figura 19 – Marisco cozido.**



**Figura 20 – Marisco cozido e descascado.**

## **2.5. VENDA**

O marisco é vendido descascado e pré-cozido para três principais atravessadores. Os restaurantes do local também compram o produto diretamente do(a)s produtor(a)s e nesse caso, ele pode também ser vendido fresco.

Ainda que existam polêmicas quanto ao papel do Centro de Beneficiamento a grande maioria do(a)s pescadore(a)s afirma que a chegada do mesmo foi fundamental para facilitar a distribuição do produto. Antes, na época em que ainda se vendia o produto no antigo mercado de peixe na Praça XV e depois no mercado de São Pedro em Niterói era comum que houvesse perdas, por falta de comprador(a)s e condições de armazenamento refrigerado, o produto era descartado:

era muito difícil. Era muito...quantas vezes jogamos até mexilhão fora porque não podia vender, não vendia era difícil a beça de coisa, pô a gente passava muito aperto; (*Pedro, marisqueiro*).

Ainda que hoje também se passem muitos *apertos* é comum ouvir do(a)s mais velho(a)s na atividade que antes era mais difícil. Podia-se trabalhar muito e perder o produto por falta de comprador ou condições de armazenamento. Hoje essas perdas não acontecem ainda que possam passar muitos dias, quase um mês, às vezes, sem *ter marisco*.

O preço do quilo varia muito e depende da quantidade do marisco ofertada e do interesse do(a)s atravessadore(a)s. Em um ano observei o preço quadruplicar e dinâmicas bastante distintas de produção. Algumas vezes, não há trabalho porque de antemão o(a)s marisqueiro(a)s já sabem que não haverá compra. Outras vezes, a demanda do produto é pequena havendo incerteza e receio quanto à venda, porém é raro perder o produto beneficiado por falta de comprador. Ainda que nesses casos, o preço seja bastante baixo. No

defeso mesmo com o suporte do cultivo a demanda aumenta muito e o preço sobe – é quando os atravessadores chegam até a praia para negociar diretamente com o(a)s produtor(a)s.

O marisco é, como outros frutos do mar, um produto caro e de certo ‘status’. Nos restaurantes é vendido a vinagrete, em sopas e caldeiradas – o(a)s pescadore(a)s gostam de comê-lo à milanesa. Em seu trabalho com pescadores em Itaipu, Kant de Lima (1997) descreve a *mariscada*, típica de domingo e estritamente masculina, regada a cerveja, limão e condimentos era realizada na praia e, de acordo com o autor, marcada pela comensalidade esses momentos reforçavam laços de amizade e parentesco entre os pescadores. Em relação ao marisco, no trabalho realizado na década de 1970 o autor comenta:

De maneira geral, é humilhante alguém consumi-lo para subsistir o que não ocorre com seu consumo em grupos e em ambiente festivo. A facilidade de sua captura e preparo parece ser a causa desse preconceito (p.96).

Na época os mariscos eram abundantes e ali em Itaipu, região oceânica de Niterói eram catados, nas rochas submersas próximas a arrebentação. Em nenhum momento enquanto estive em campo ouvi relatos em Jurujuba que descrevessem tal prática. É importante ressaltar, porém que a atividade de cata, para mariscos, siris, sururu, entre outros é inferiorizada perante a atividade de pesca, pois esta última empregaria mais trabalho e conhecimento.

Lembro ter ouvido de pescadore(a)s da área metropolitana do Recife, que marisqueiro era um termo utilizado também como uma gíria para ladrão, aquele que pega, rouba, cata. Antes da implementação do cultivo como atividade organizada através do centro de beneficiamento em Jurujuba, Ritter (2007) descreve a precariedade e a falta de reconhecimento de quem pegava marisco para se alimentar e driblar a crise do desemprego. Seja nos mangues ou nos costões o trabalho de coleta é árduo, requer habilidade, conhecimento e muita *disposição*, assim nos parece que temos elementos para entender que o ‘valor’ subestimado dado ao trabalho do(a) marisqueiro(a) em relação a pesca tem mais de construção social, do que da complexidade das tarefas que de fato o envolvem. Ainda que não seja nosso objetivo aqui essas considerações talvez ajudem a entender porque nesse caso o produto tenha tanto valor de mercado e o(a)s seu(a)s produtor(a)s tão pouco.

No mercado São Pedro, em Niterói, o preço do quilo triplica em relação ao valor pago (a)os marisqueiro(a)s em Jurujuba. Um aspecto curioso é que ao questionar em diferentes restaurantes, bares e feira livre sobre a origem do marisco nunca a referência é

Jurujuba. Comumente se diz que o marisco vem de Santa Catarina – local famoso pelo cultivo e qualidade dos frutos do mar e por isso denominação de origem conhecida.

De forma geral, o(a)s marisqueiro(a)s recebem no sábado o valor do produto vendido durante a semana, é quando também o dinheiro das descascadeiras é pago. A presença de três principais atravessadore(a)s é benéfica quando lhes dá a possibilidade de vender pelo melhor preço e escoar o produto. Em períodos de grande demanda e pouco marisco o(a)s pescadore(a)s se ‘beneficiam’ com a disputa pelo maior valor, às vezes acordos são feitos com preço e pesagem pré- estipulados por alguns dias, mas o comum é oferecer a quem paga mais:

Não dá pra ter vínculo com nenhum deles não porque nós não temos benefício nenhum daquilo ali. O benefício sim de poder trabalhar e saber que vai vender. Esse é o benefício, fora isso não existe nada; (*Pedro, marisqueiro*).

Leva quem dá mais; (*Renata, marisqueira*).

Submetidos as vontades do mercado e aos preços do(a)s atravessadore(a)s não há construção de vínculos que lhes garantam qualquer outra vantagem senão a possibilidade de venda. Mas existem resistências veladas que mesmo que estejam pouco estruturadas ou formalizadas conseguem certa autonomia pelo menos no tangente ao dia a dia de trabalho.

O Centro de beneficiamento possui alguns acordos estabelecidos e é também o maior comprador do local, havendo mais de uma pessoa que faz as negociações com o(a)s pescadore(a)s. A venda direta ocorre também para atender clientes que buscam pequenas quantidades e, vez ou outra, aparece na praia um(a) comprador(a).

## 2.6. O TRABALHO DAS MULHERES

Não há nas etapas descritas acima, uma em que não se observe a atuação feminina. Elas estão por toda a parte: mergulham, navegam, catam, plantam, destroem, carregam, cozinham, descascam e vendem. Mas isso não é o bastante para afirmarmos que o mar é feminino. A presença delas em cada um desses momentos da produção é bastante distinta e a concentração de trabalho feminino se dá no processo de descascamento onde o trabalho é o mais precário e menos valorizado. Essa tarefa é quase que ‘específica’ do grupo, são as *descascadeiras*<sup>24</sup> e foi com elas que convivi a maior parte do tempo.

---

<sup>24</sup> O termo *catadeiras* também é utilizado e remete a um momento em Jurujuba onde o marisco era só catado e ainda não havia cultivo: *Olha, no momento eu me sinto catadeira eu só descasco, entendeu? No momento porque antigamente eu ia levantava eu fazia tudo com o meu pai, mas hoje em dia eu me considero catadeira que eu sou só catadeira, entendeu?* (Karina)

Nas mesas de trabalho e com um grupo ou outro, passava horas a descascar o marisco. No início havia muito silêncio, certa desconfiança e desconforto mostrando que minha presença não era algo comum. Com insistência, o desconforto foi dando lugar à curiosidade: *Você faz pesquisa e não vai fazer pergunta? Ou Você vem do Rio de Janeiro para descascar marisco aqui?* Respondia a essas e outras perguntas sempre enfatizando que o meu interesse era o trabalho das mulheres e que tinha escolhido Jurujuba em função do destaque da maricultura, mas também de sua tradição como polo pesqueiro.

O tema da pesquisa ainda que por vezes, confuso, era relevante. Entre as marisqueiras era unânime que falar do trabalho das mulheres era importante e a minha ajuda foi se transformando em troca. No início sempre que chegava havia alguns tópicos recorrentes, como o acesso ao seguro defeso e as condições de estrutura do local, temas em que tinha manifestado interesse. Segui participando e procurava observar mais do que falar, ainda que, aos poucos, fosse sendo inserida nos assuntos cotidianos e minha opinião fosse perguntada.

Em determinado momento estar ali já me permitia ouvir as conversas que se diziam aos sussurros, é comum que se converse em grupos ampliados e piadas são feitas entre uma mesa e outra, assim como troca de informações e ajuda mútua - seja para localizar ou emprestar um utensílio de trabalho ou dividir informações sobre o preço do marisco ou o pedido da quentinha. Apesar das dificuldades e do reconhecimento do trabalho difícil, ri-se muito.

Foi quando pude dividir as conversas ditas entre os dentes, aquelas que eram específicas do grupo, é que pude interagir com maior familiaridade. Nesses momentos o tema podia ser alguma novidade sobre a intimidade alheia, mas também críticas e reclamações sobre a própria rotina. Foi quando obtive a permissão de ouvir os cochichos na mesa de trabalho é que ouvi também as primeiras críticas a ele. O tom mais baixo é necessário para preservar-se, a qualquer momento o *dono* do marisco ou alguém próximo pode aparecer e o que é dito ali deve permanecer ali. Entendi que havia descontentamento sobre o ritmo e a quantidade de trabalho e pude posteriormente problematizar o tema em outros espaços de forma mais objetiva. Um ‘quase segredo’ que esse grupo compartilha daquilo que deveria ser dito, mas permanece calado, talvez porque manter a ordem seja mais seguro que perdê-la.

No final do dia eu era esperada para caminharmos juntas como se colegas fôssemos, ia estreitando laços e aos poucos qualificava também meu entendimento das relações ali postas.

### 2.6.1. Trabalho familiar

Repetidas vezes, aparece em destaque o caráter familiar do trabalho no mexilhão, seja no âmbito mais específico do(a)s envolvido(a)s, em referência ao grupo como um todo ou ao local:

Ali naquele pedaço ali, a maioria é família de todo mundo. Todo mundo é família de todo mundo; (*Renata, marisqueira*).

Quem mora em Jurujuba minha filha ou é pescador ou é marisqueiro. Não tem jeito, não. Eu adoro, gosto mesmo. A nossa vida é essa, não tem jeito; (*Bel, marisqueira*).

É uma produção de família. É unido. Não esse negócio de...Não é estranho trabalhando com estranho, não...é tudo familiar; (*Joana, marisqueira*).

Ainda que nem sempre o grupo que trabalha ao longo da cadeia de produção seja de parentes diretos as relações se baseiam em laços de parentesco ou de vizinhança. Uma pessoa pode ser chamada de *tio ou tia* por um grupo grande de pessoas ainda que não haja laços sanguíneos que determinem a nomeação. Essas falas denotam aspectos da produção familiar em si, mas também de uma identidade local que, de uma forma ou outra, envolve a atividade pesqueira e denota sua identificação com a pesca ainda que em processo complexo de transformação.

Trabalhar em família, protegido(a) da presença de estranhos fortalece os laços de ajuda mútua e *ali naquele pedaço onde todo mundo é da família de pescadore(a)s ou marisqueiro(a)* a produção de marisco acontece. De manhã enquanto os adultos trabalham, as crianças vão à escola, às vezes, vem para comer ali aquentinha com a mãe, o pai ou a avó e o avô. Os que não vêm para o almoço aparecem mais tarde para ajudar se ainda houver trabalho ou para dar satisfações aos responsáveis. Pela manhã as crianças pequenas, muitas vezes, acompanham mães e avós e circulam entre as mesas brincando e vivenciando o trabalho.

Mas o convívio intenso do local pequeno também traz consigo o controle social através da fofoca que aparece comumente associado a um problema da vida em Jurujuba:

olha só minha filha você vai vir morar aqui, aqui o povo dorme de dia pra vigiar a vida do povo a noite, (*Joana, marisqueira*);

Rádio patroa em Jurujuba é forte, menina, (*Pedro, marisqueiro*);

mas não é só aqui, em geral é assim tem os que lutam, tem os que abraçam a luta, tem os que diz que abraça, mas te queima por trás. E tem aquele que não quer saber de nada, tá tudo bem, tá tudo ótimo e aqui a maioria é assim. Vive a vida do vizinho...(Solange, presidente da Associação).

A vida vigiada pelo olhar do(a) outro(a) parece incomodar a todo(a)s. De acordo com Elias & Scotson (1997) a fofoca pode tanto fortalecer a coesão de um grupo quanto causar exclusão social, o padrão e o conteúdo da mesma depende das pessoas e da estrutura do grupo. Para o autor através dela se podem entender as relações de poder que constroem ou reforçam identidades. Em Jurujuba “fofocas depreciativas” são direcionadas a grupos distintos que podem ser também de marisqueiro(a)s e pescadore(a)s ou para externalizar desacordo com determinada conduta dentro do próprio grupo. As “fofocas elogiosas” que enaltecem os membros do grupo vêm das narrativas das grandes aventuras vividas no mar ou de quem conseguiu o maior e melhor marisco. Mas podem vir também dos piores momentos de crise de produção ou dos tempos difíceis de antigamente, reforçando a coragem e a perseverança de quem passou por eles. As “fofocas informativas”, o terceiro tipo classificado pelo autor, são aquelas sobre notícias do universo de parentes e amigos. Entre uma fofoca e outra o dia passa na Ponta da Ilha cheio de afazeres, mas também de entretenimento.

Num emaranhado de possibilidades de formas de atuação na cadeia produtiva do mexilhão há pequenos núcleos familiares que dividem o trabalho entre si:

Quer dizer se vai nós três pras pedras arrancar mexilhão. Quer dizer vai eu, ela e meu esposo, a gente ranca entendeu? O mexilhão. Ai quando chega lá o serviço é igual, o trabalho todo por igual. Na hora de vender, vai lá na Associação, vende. Se você fez 300 reais, nós dividimos, quer dizer 100 pra mim, 100 pra ela e 100 pra ele, (Joana, marisqueira);

Nós três como família um ia ajudar o outro. E no final das contas todo mundo ia ser ajudado. Que é melhor você ganhar pouco, mas certo, né? Entre família, do que você botar marido que nem parente é; (Karina, marisqueira).

Quanto um pequeno número de pessoas está envolvido na produção é comum que todos participem de todas as etapas, podendo haver tarefas específicas, mas a tendência é a divisão de tarefas de forma mais igual. A produção é menor, porém mais controlada até o momento da venda onde as regras são ditadas pelo(a)s atravessadore(a)s. O ganho é dividido em partes iguais assim como tende a ser o trabalho, podendo haver acordo de tarefas específicas para diferentes membros, há quem não mergulhe ou quem sempre cozinhe, mas de maneira geral, os envolvido(a)s dominam todas as etapas da produção. De alguma forma o grupo se sente protegido uma vez que tem maior controle sobre o que produz.

E se as mulheres estão em todas as etapas há quem faça o trabalho físico mais desgastante, que para outro(a)s é o *trabalho pesado*, aquele que seria ‘típico’ do sexo masculino. Pegar e levantar as pencas do cultivo trazê-las à praia e destrincha-las para o

cozimento. Além de carregar pra lá e pra cá tabuleiros cheios de mexilhão ou de cascas. Uma delas afirma que gosta do trabalho *pesado*, acha que descascar é cansativo e entediante e não tem paciência. Tem medo do mar e fica nervosa toda vez que sai da Baía, é ágil e tem, segundo ela, muita *disposição*. Enquanto planeja *botar uma boia* com suas duas irmãs, trabalha sempre que *tem marisco*.

Paulilo (1987) analisou em distintas regiões e cultivos as categorias *trabalho leve* e *trabalho pesado*, sendo a primeira vinculada às mulheres e crianças e a segunda aos homens. A qualificação do trabalho de acordo com quem o realiza nada tem a ver com as habilidades necessárias para realiza-lo ou mesmo ao esforço físico demandado. A autora relata que em lugares diferentes, as mesmas tarefas recebem denominações distintas associadas ao grupo que as realiza. O trabalho *pesado* feito pelos homens é mais bem remunerado, às mulheres resta o *leve* de menor valor, numa lógica que se apoia no sexo e na hierarquia familiar e não nas características das tarefas realizadas. Se as características do que é *leve* e *pesado* variam de região para região, invariável é o fato de que o trabalho feminino tem menos valor, no campo ou na cidade, para as mesmas tarefas ou não. Isso acontece de acordo com Paulilo (1987) pela construção de que o homem como “chefe de família” é responsável pela reprodução de “seus dependentes”, o que transforma o trabalho dos outros membros do núcleo familiar em apenas uma “ajuda” no orçamento.

Magalhães (2009) ao analisar mudanças no padrão de produção do leite devido à mecanização, observa que o incremento no orçamento familiar trazido pela nova tecnologia desloca a atividade tradicionalmente desenvolvida por mulheres para o domínio masculino. A profissionalização é direcionada aos homens quando os órgãos de extensão lhes oferecem cursos e acessos diferenciados à informação. Uma vez que o leite começa a ser lucrativo e se torna a atividade principal passa a ser controlado pelos homens.

O trabalho de Menasche (2005) que também envolve adaptação tecnológica nesse caso a introdução de agrotóxicos, em diferentes regiões do Rio Grande do Sul, revela também um deslocamento. Capinar passa ser uma atividade delegada a mulheres quando os homens vão se dedicar ao emprego de herbicidas nas lavouras. Nesse momento se transforma em trabalho desvalorizado, trabalho feminino e vira motivo de deboche aos homens que são flagrados com uma enxada na mão. Silva (2013) também nos mostra mudanças na atividade de tecelagem no

vale do Jequitinhonha/MG. O trabalho das mulheres na tecelagem era considerado *leve* até que os homens começam a tecer e ele se torna *pesado*.

Esses exemplos nos levam a entender que a diferença da remuneração e do valor dado ao trabalho, nada tem a ver com as características do trabalho em si, mas como uma construção que extrapola a divisão sexual do trabalho, ainda que se reflita nela: a de que as mulheres valem menos. Em Jurujuba mesmo com a participação das mulheres em todas as etapas da produção do marisco, descascar é trabalho quase que exclusivo delas. Passam horas de pé tirando os mariscos das cascas e o tempo de trabalho não difere dos outros. Estão lá, se tiver marisco, chova ou faça sol e só terminam seu turno quando todo o marisco tenha sido beneficiado. Apesar do trabalho ser considerado cansativo, ganham menos. Não a toa é comum sonhar e planejar ter seu próprio espinhel. Desqualificado e desvalorizado esse trabalho é para elas apenas uma “ajuda” no orçamento. Voltarei a isso posteriormente.

Sobre as barreiras que a mulher enfrenta quanto faz o trabalho *pesado* há destaque para a força física: *É porque eu acho que eu não vou ter a força que eles precisam, pra ajudar, entendeu? Aí eu falo pra eles, olha se quiser chamar um menino...(Renata, marisqueira)*. Mas eles não chamam, ela explica que recebe apoio onde tem dificuldade e vice-versa. No dia a dia de seu trabalho isso significa muitas tarefas e pouco descanso. Sobre o desempenho da mulher na produção, pondera:

Porque a mulher ela se esforça pra fazer, pra mostrar que ela pode fazer. Então ela acaba trabalhando melhor do que às vezes, muitos homens trabalham aqui na praia, entendeu?; *(Renata, marisqueira)*.

Melhor e mais também. Se pensarmos no trabalho reprodutivo, que recai no ombro das mulheres solteiras e casadas parece ser preciso fazer sempre mais para se ‘igualar’ ao sexo masculino, desigualdade posta também nas horas de trabalho que se acumulam e são menos remuneradas. Para ela a presença das mulheres na cadeia produtiva do marisco está dada e estabelecida não que isso ainda não requeira uma série de melhorias, umas específicas das mulheres, outras não:

eu vejo também muita mulher aí que vai pro mar parece que tá dentro de casa varrendo a casa, não tem medo, não tem nada, não tem maré batendo, não tem nada. Agora a parte das descascadeiras, as descascadeiras elas já são mais maltratadas... *(Renata, marisqueira)*.

A analogia da fala acima nos coloca também certo posicionamento de naturalização do trabalho reprodutivo como feminino ainda que em alguns casos, no cuidado das crianças e no

preparo das refeições, tenham sido observadas divisões de tarefas, a responsabilidade com os afazeres domésticos é predominantemente feminina. Mas ao mesmo tempo se naturaliza também por parte de algumas mulheres o trabalho do grupo no mar.

Se por um lado algumas mulheres já conquistaram o mar outras trabalham especificamente em terra, é o caso das descascadeiras. Em detrimento da costa, há vantagens para quem conquistou o território perigoso e seletivo do alto mar. As descascadeiras subsidiam o trabalho final do beneficiamento que é qualificado por elas como *difícil*, *cansativo* e *duro*, mas também *divertido*, *necessário*, *importante*, e às vezes, uma *ajuda*:

O marisco ajuda todo mundo, em si ajuda todo mundo, ainda mais a gente que tem filho ajuda muito mais, né? Ou seja, o que a gente ganha 40, 50, 60 ajuda; (*Karina, descascadeira*);

Marisco é quebra galho assim vamos supor eu não faço dívida. Hoje eu peço, você vai lá faz uma compra pra mim, aí você parcelou em quatro vezes, aí eu sei que vou trabalhar no marisco e vou ter aqueles cinquenta pra te dar por mês, tá entendendo?; (*Carol, descascadeira*).

Aqui não temos o trabalho da mulher apenas como ajuda como amplamente aparece na bibliografia sobre trabalho feminino no meio rural e em comunidades de *pescadores-lavradores*<sup>25</sup> onde há concomitância com a agricultura ou criação de pequenos animais. É um trabalho e assim é definido por elas, mas como a remuneração é baixa e imprevisível representa apenas uma *ajuda* no orçamento. Não se pode viver com as diárias do trabalho das descascadeiras, por isso o valor recebido por ele é só uma *ajuda*.

Uma diferenciação dada as especificidades da atividade em Jurujuba talvez esteja relacionada ao fato de que o trabalho das mulheres na produção do marisco não se limita à unidade doméstica, como no meio rural, as descascadeiras trabalham na praia. O que poderia levar a uma separação espacial das esferas do trabalho produtivo e reprodutivo. Essa hipótese necessita de maior aprofundamento num esforço de entender qual o papel do deslocamento da unidade doméstica no significado que as mulheres e o grupo conferem ao trabalho no beneficiamento. Há, porém uma relação de gênero no espaço do universo pesqueiro que relaciona a praia à mulher e o alto mar ao homem (WOORTMANN, 1992). Aspectos específicos desta relação serão abordados no final desta seção.

As motivações para o trabalho são distintas:

---

<sup>25</sup> Definido por Diegues (1983).

Pra mim é o dinheiro. É um trabalho assim que eu vou lá e faço, chega no sábado me paga, (Carol, descascadeira);

Eu gosto de descascar marisco é uma coisa que eu fui criada naquilo que eu gosto de fazer por isso que eu queria ter, eu falo pro meu marido. O meu sonho é ter o meu espinhel. O meu; (Karina, descascadeira).

Dada à imprevisibilidade do marisco é esse o grupo mais precarizado. Quando a quantidade é pequena, é o trabalho delas que é preterido em função de um ganho um pouco maior, o marisco torna-se ainda mais imprevisível. O valor pago pelo dia de trabalho depende diretamente do preço de venda do quilo do marisco numa relação de pouca proporcionalidade: *O marisco tá 8 reais (preço/quilo), ela tá me pagando sessenta. Por causa de um real, ela vai me pagar 40? Você acha justo?*(Karina, descascadeira).

Dessa forma, a diária não tem preço estabelecido: a quantidade, a qualidade e a demanda é que vão determinar o preço pago pelo(a)s atravessadore(a)s. As descascadeiras recebem valores diferenciados pelo mesmo serviço:

Bom eu trabalhei só ontem nem sei o quanto vou ganhar, não posso nem dizer; Trabalhei pro menino segunda, descasquei cinco ou seis galões dele. Ele até agora não me deu o dinheiro, não me deu satisfação não me deu nada; (Karina, descascadeira).

Se o envolvimento com o trabalho difere do interesse econômico àquilo que se aprendeu em casa e se faz desde pequena, a necessidade de aumento na remuneração recebida é unânime: *Acho que tinha que aumentar o preço, acho que eles pagam muito pouco, é o dia todo. E completa: só aumenta a quantidade de marisco...* (Karina, descascadeira).

Sobre reivindicações de melhores ganhos há pouco diálogo: *Se a gente reclamar eles não gostam* (Carol, descascadeira). E o que acaba não sendo, ou não podendo ser, verbalizado vira *reclamação* ali enquanto o grupo trabalha e o(a)s responsáveis estão ocupados em outras atividades que envolvem a produção. Quase que cochichando elas contabilizam o trabalho já realizado, contam pencas, tabuleiros cheios e galões no cozimento e discutem se haverá ou não mais uma ida ao mar, o que significariam novas pencas e mais trabalho. Quando algum comentário é feito ele vem preferencialmente como deboche. O tom irônico ou jocoso denota descontentamento, porém de forma indireta não caracteriza uma reclamação. A falta de um banheiro, por exemplo, era um tema recorrente.

Quem tem escolha dá preferência para trabalhar com quem não *arranca tanto marisco* minimizando assim o esforço. O ganho permeado de variáveis concretas das condições de

mar, do tempo do cultivo e da demanda de mercado é também marcado por aspectos territoriais e simbólicos que fazem das descascadeiras o elo mais frágil dessa cadeia.

E não é por acaso também que é nesse grupo onde também trabalham crianças eventualmente, para auxiliar mães, tias e avós em arranjos familiares ou para *ganhar um dinheirinho*, nesse caso é no diminutivo mesmo porque elas ganham menos que uma diária de um adulto tendo seu trabalho tido como *ajuda* independente do que produzam ainda que possam ter resultados maiores ou iguais às descascadeiras.

Se a produção do mexilhão é a base da reprodução social de algumas famílias, para outras ele aparece como uma ajuda significativa, dá pra *fazer um mercado ou pagar uma conta*. É trabalho, mas não é vivenciado como tal porque, precário e insuficiente, não consegue dar a suas trabalhadoras nenhuma garantia de direitos. Elas sabem do valor do trabalho pelo esforço que fazem e pela importância do mesmo na cadeia produtiva: *Eu sempre falei isso, sem descascadeira não tem mexilhão. Não tem mexilhão* (Bel, marisqueira). Nesse caso, a fala remete à produção quando o produto está disponível e denota o reconhecimento da importância dessa etapa na cadeia produtiva.

Se não há mexilhão para descascar, ele pode estar *pequeno, preto, magro* ou sem demanda de compra, é pior e vai faltar dinheiro para feira e para o supermercado e/ou aumentar a conta pendurada no caderninho, aí o significado é outro: *Deu ruim, não tem marisco!* (Carol, descascadeira). Independente se a causa são as condições de mar ou de mercado a vida do(a)s marisqueiro(a)s e, em especial das descascadeiras, fica ainda mais difícil, nesses casos são os familiares e a rede de solidariedade local que dão apoio necessário até que volte a *ter marisco*.

### **2.6.2. ACESSO A DIREITOS: *Pra mim conseguir o defeso foi uma luta!***

Se você é pescador(a) artesanal devidamente cadastrado(a) o Seguro Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA), o seguro defeso<sup>26</sup>, é um direito seu e garante o pagamento de um

---

<sup>26</sup> Lei nº 10.779, 25 de novembro de 2003 - a política de seguro defeso garante a pescadores profissionais cadastrados que exercem a atividade de forma artesanal o recebimento de um salário mínimo durante o período de proibição de pesca de determinadas espécies. Em relação aos direitos trabalhistas desde maio de 2006, a Lei 6697 garante também às mulheres que exercem a atividade pesqueira artesanal a concessão de direitos previdenciários e trabalhistas. Pescadore(a)s e aqüicultore(a)s são categorizado(a)s como produtor(a)s rurais. (MAIA, 2009).

salário mínimo nos meses em que o recurso está indisponível por questões de reprodução do estoque, mas na prática a realidade é outra. Sobram casos em Jurujuba onde pescadore(a)s não conseguem acessá-lo, e o que é pior, às vezes, ele é pago a quem não lhe é de direito:

Ela também tadinha trabalha direto no mexilhão só que ela não tem benefício, ela não ganha. Só que era pra ganhar... (*Bel, marisqueira*);

Como muita gente até hoje faz. Como muita gente que trabalha e depende disso deixou de receber, mas muita gente que não vive disso, nunca botou nem a mão no marisco, recebe, (*Joana, marisqueira*);

Por isso a nóia do pessoal que recebe defeso que tem gente que nem no marisco mexe e ganha. Eu acho isso um erro. Porque a pessoa que viveu daquilo sempre que foi criada naquilo e não ganha um real. Meu caso, eu não ganho, (*Karina, marisqueira*).

Em alguns casos, denúncias anônimas foram responsáveis pelo cancelamento do seguro, em outros a burocracia ou o descasco do poder público dificultam o acesso ou até mesmo o impedem. Há casos onde, dada a apresentação dos mesmos documentos e históricos, uma pessoa tem o pedido deferido e outra não. Falta informação e fiscalização dos órgãos públicos responsáveis, os números do(a)s beneficiad(a)os crescem vertiginosamente no Brasil, mas o fortalecimento da categoria não. Tem gente que cansou de ser maltratada e desistiu de seguir tentando ainda que seja um direito adquirido da categoria, acessá-lo pode ser uma *luta* que muitas vezes é perdida pelo(a)s pescadore(a)s.

O acesso ao direito parece ser um divisor de águas importante para a qualidade de vida e de trabalho, além disso, é o reconhecimento legal de pertencimento à categoria. A Articulação Nacional de Mulheres Pescadoras (ANP) tem como demanda específica a inclusão de espécies capturadas por elas na política de defeso.

Maia (2009) e Paulilo & Boni (2009) em estudos realizados na região amazônica e no litoral de Santa Catarina respectivamente também relatam problemas de acesso ao seguro e conferem a relações clientelistas parte da responsabilidade. Maia (2009) chama atenção para o número de fraudes na emissão do registro geral da pesca (RPG) e a dificuldade do(a)s pescadore(a)s em comprovar o exercício da atividade. O seguro defeso só pode ser acessado com o registro e é direcionado a determinadas espécies. O autor considera que parte do aumento no número de pescadore(a)s cadastrado(a)s denota a busca pelo seguro mesmo para aquele(a)s cuja capturas não sejam contempladas pelo direito ao defeso.

Como nos mostra Maia (2009) o acesso ao seguro envolve uma rede ampla de instituições: o IBAMA que determina as regras referentes aos estoques pesqueiros, o

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que gerencia e fiscaliza o recurso, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), que concede o registro geral e ordena a atividade, a Caixa Econômica Federal para o repasse do recurso e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) relacionado aos direitos previdenciários e as entidades representativas do(a)s pescadore(a)s. O conhecimento e entendimento dessa rede ainda é precário por grande parte do(a)s pescadore(a)s. Atrelado a isso como pontua Stadtler (2010) há dificuldade conceitual de diferentes órgãos da administração pública em reconhecer a mulher pescadora. Ela destaca que há um enfrentamento da mulher com atitudes pouco receptivas ou excludentes dos gestores e funcionários públicos quando da inscrição profissional.

A autora realça a importância da documentação na autoimagem das mulheres como trabalhadoras produtivas para além dos direitos previdenciários. Seu trabalho com mulheres pescadoras em Pernambuco, tanto de áreas urbanas como do sertão, mostra que a presença de um companheiro cadastrado dificulta a atuação das mesmas, uma vez que há um entendimento de que ela não precisa ter uma vida de trabalho independente. De tal maneira que em muitas Colônias só participam de assembleias se forem filhas, mães ou companheiras de um pescador. Ela afirma que no sertão e agreste pernambucano a pesca sempre foi atividade de homens e mulheres, sem distinção de tarefas. Também constata que o número de mulheres não associadas a órgão de representação é maior do que o de associadas e mesmo que estejam em grupos, têm pouca organização política e produtiva.

Paulilo & Boni (2009) pontua que entre as maricultoras do litoral de Santa Catarina onde a influência do movimento feminista é quase nula, qualquer direito, acessado ou negado, é adressado ao (des)empenho de alguém influente, ao prefeito ou um político. São raras as maricultoras com carteira profissional, geralmente os maridos são os responsáveis pela atividade, recebem financiamentos e fazem a comercialização. Quando as mulheres estão à frente do cultivo trabalham com os filhos e o marido tem outra atividade. A autora não observa mudança significativa na subordinação da mulher ao marido nesta passagem da pesca artesanal para o cultivo. Em relação ao trabalho remunerado as mulheres são mal pagas, o trabalho é pouco regulamentado e visto como ajuda na renda familiar. Ainda em relação às maricultoras da região, Ferraz (2006) destaca certa tensão quando da criação de cooperativas e associações e lhe causa estranheza a presença de grupos só de mulheres num contexto de pouca organização política tão marcado por relações clientelistas com o Estado. Segundo as mulheres a motivação vem em função da possibilidade de acesso a financiamentos e políticas

públicas e não de reivindicações específicas do grupo. Há uma organização só de mulheres na região: a Associação de Mulheres Aquicultoras e Ambientalistas da Ilha de Santa Catarina (AMAQUAI).

Em Jurujuba as mulheres também estão organizadas na Associação de Mulheres e Povos das Águas, mas não exclusivamente, homens também fazem parte do quadro de associados, e foram recentemente destituídos de cargos na diretoria por posicionamentos machistas. O papel da instituição é tímido no sentido de que poucas são as mulheres atuantes. É difícil quebrar a ordem estabelecida no local e o questionamento do papel dos atravessadores é tarefa delicada num contexto de dependência para o escoamento do produto. Há também mulheres associadas à ALMARJ ou à Colônia, algumas com registro de pesca e poucas recebem o seguro defeso. A participação do grupo nas entidades representativas da categoria é pequena, assim como, o entendimento do papel e das possibilidades de cada uma delas. O vínculo mais claro é com a Associação Livre de Maricultores (ALMARJ) mais reacionados à venda do marisco do que a qualquer outra temática.

Sem o defeso é o Programa Bolsa Família<sup>27</sup> que chega e garante alguns acessos:

Fora do marisco é a bolsa família que eu recebo. E agora que eu pretendo ver esse negócio dessa carteirinha, pra tirar aí a partir do ano que vem de repente eu consiga. É esse mês mesmo de defeso praticamente eu não trabalhei. Porque o pessoal pode tirar da boia, mas quem tem na boia tem pouco, tem pouco, tem pequeno então não tá trabalhando; (*Renata, marisqueira*).

Ter acesso ao Programa Bolsa Família é bastante significativo para entendermos o grau de pobreza em que vivem algumas famílias. Stadtler (2010) relata que o recebimento da bolsa para as mulheres pernambucanas do seu caso de estudo duplicou a renda anual delas. O que ela vê com receio uma vez que entende que o recebimento do recurso da bolsa família acaba por reduzir a procura por atividades produtivas ou em investimentos para ampliação. Dentro do escopo desta pesquisa não se pode fazer tal relação em Jurujuba. Mas essa não parece ser uma tendência. Os momentos em que não há produção podem ser críticos, é quando as compras de comida são anotadas nos caderninhos e as dívidas se acumulam. A situação precária as obriga a trabalhar sempre que tiver marisco.

---

<sup>27</sup> O Programa criado em 2003 pelo governo federal destina-se a famílias em situação de extrema pobreza.

Na fala acima o seguro defeso aparece como incerto ainda que a atividade esteja sendo realizada de forma que o direito ao mesmo devesse ser garantido. Enquanto isso, nesse período de atividade proibida e marisco pequeno são poucas as possibilidades de ganho. Lembro que no dia da entrevista, quando fiz esse registro, Renata se atrasou. Era sábado e estava carregando material de construção para ganhar um dinheiro extra e me informou que na próxima semana ia ter um ou dois dias de trabalho no marisco.

### 2.6.3. Território

O cultivo aparece dado pela imprevisibilidade do recurso em si em função de condições ambientais específicas, mas também permeado por dúvidas quanto à sua permanência. Em relação às melhorias desejadas para o trabalho na maricultura ouve-se:

seria mais incentivo do governo, né? Pra ter o cara, estabilidade, segurança porque volta e meia a gente fica ouvindo dizer que vão arrancar esse trabalho daí; O meu receio, o medo é de rancarem as boias, de rancarem a condição do cultivo... (*Pedro, marisqueiro*).

O terreno aonde o beneficiamento vem sendo há muito realizado tem “dono” ainda que esteja a beira mar e é o que justifica que o grupo que o utiliza não faça ali nenhuma benfeitoria porque podem perdê-lo a qualquer momento. Isso explica as estruturas das mesas e depósitos de madeira do local de beneficiamento. Não há sequer um banheiro e o depósito vazio que vinha sendo utilizado como tal está agora ocupado e foi fechado. Para quem trabalha no cultivo a solução é utilizar o mar, para quem está na terra o desconforto é grande, o mato que cresce em volta da área é a solução, caso não tenham muitos homens por ali.

Parece haver um acordo tácito entre o proprietário e os usuários da terra, certa vez, boatos sobre seu suposto falecimento rapidamente repercutiram em mudanças na parte alta do terreno que foi cercado por moradore(a)s vizinho(a)s. Prontamente desfez-se o mal-entendido e as cercas foram retiradas sem que o dia a dia do(a)s marisqueiro(a)s tenha mudado. A presidenta da Associação de Mulheres e Povos do Mar diz: *Gente isso aqui é de vocês. O dono da terra perdeu. Uma que aqui é praia aqui é terra de pescador!* Enquanto un(ma)s corroboram com o posicionamento outro(a)s mostram-se receoso(a)s pela insegurança, e enquanto isso a produção segue sem se permitir (ou ser permitida) fazer avanços estruturais que melhorariam as condições de trabalho.

Além disso, esse terreno termina num grade muro, devidamente assegurado por cercas de metais pontiagudos em sua porção superior, que delimita a área do Iate Clube: *E o pessoal*

*do clube não gosta do pessoal do marisco* (Renata, marisqueira). No momento, o local passa por uma grande reforma e em breve oferecerá aos(as) seu(ua)s sócio(a)s pequenos apartamentos com vista pro mar.

Lembro que numa das primeiras visitas a Jurujuba tentei entrar no clube que tem guarita de identificação com segurança na entrada. Pedi para tirar uma foto a beira mar alegando que era turista. Fui informada que ali só era permitida a entrada de sócio(a)s. Depois da minha insistência questionando de que forma era possível que um clube privado se apropriasse de um bem público fui dispensada com certa rispidez. Com usos tão distintos fica óbvio que essa vizinhança possa ser bastante conflituosa, ao contrapor os barcos luxuosos de passeio e da pesca esportiva de veraneio com as baleeiras e pequenas embarcações de madeira utilizadas no marisco. Frequentemente existem reclamações por causa da fumaça do cozimento do marisco que dependendo das condições de vento é levada para o terreno do clube. Alguns familiares e amigos do grupo de marisqueiro(a)s trabalham como marinheiros de embarcações que utilizam o espaço do clube o que parece diminuir em parte o acirramento do conflito dada a relação de dependência econômica do vínculo.

Com usuário(a)s diverso(a)s é difícil organizar as atividades em um espaço que, a princípio, é de todo(a)s. Para o(a)s pescadore(a)s a dimensão social do espaço marinho apresenta noções de territorialidade específicas e importantes relacionadas também ao segredo e a mestrança (MALDONADO, 1986). A intensificação do uso costeiro para finalidades diversas pode causar sérias rupturas na vida na pesca, dificultando ou extinguindo o acesso a pesqueiros importantes.

A maricultura como mostrou Paulilo (2004) para o litoral de Santa Catarina também pode gerar distintos conflitos, seja porque altera o uso da área proibindo a recreação nas mesmas ou provocando mudanças estéticas capazes de resignificar o seu uso. Em grande escala destroem o equilíbrio ambiental e geralmente fazem parte de investimentos de grandes capitais privados, como acontece nas fazendas de produção de camarão no nordeste brasileiro.

A intensificação do uso da costa especialmente em zonas urbanas têm causado a expulsão de pescadore(a)s da beira mar, dos seus territórios. A crescente ocupação costeira e valorização de empreendimentos de moradia, construção de portos, estaleiros, e grandes áreas de aterros, entre outros, desloca o grupo para longe. Em Jurujuba muito(a)s marisqueiro(a)s ainda moram perto do mar, o grupo de pescadore(a)s já ocupa em parte o morro mais

afastado. Cardoso (2001) destaca que alterações no território causam problemas de identificação no grupo, especialmente em áreas urbanas.

Paulilo (2004) destaca que entre as tradições da pesca está a de que o mar é um espaço masculino. Às mulheres está associado o trabalho nas praias, mangues, estuários e em casa, nas tarefas de beneficiamento ou de suporte pré-captura. A divisão de espaços parece ser ainda maior quando a atividade pesqueira está associada à pequena produção agrícola. De acordo com Woortmann (1992) as classificações do espaço natural são também de espaços sociais e de domínios pertinentes a cada gênero.

Estabelecer que o mar é masculino é negar que as mulheres também façam parte dele. É determinar espaços que separam. A experiência junto à produção de mariscos em Jurujuba mostra que algumas mulheres já o conquistaram. Não faltam exemplos: mulheres eram empregadas em navios-fábricas no boom de investimentos da indústria pesqueira nacional na década de 1970 (DIEGUES, 1983), em 2009 a primeira mulher brasileira fez história ao assumir o comando de um navio petroleiro da marinha mercante, há mulheres trabalhando em plataformas em diversificadas funções e outras tantas embarcam para pescar. Ir para *fora, pro mar alto*, como os pescadore(a)s comumente denominam o alto mar requer, dadas as especificidades da atividade, sair de casa, muitas vezes, por dias. Talvez essa seja uma das grandes barreiras que dificulte a presença das mulheres nesse espaço. Tem menos a ver com tradição do que com poder, refletindo o projeto de sociedade patriarcal que insiste em tê-las dentro, ou próximas, de casa.

### **6.2.3. O 'SEXO' DO MAR**

A pergunta: *o mar é masculino?* Que não só intitula esse trabalho como lhe dá uma questão, acaba por relatar o que já era sabido sobre a atuação das mulheres na pesca artesanal. Elas são elo fundamental da cadeia de produção. Essa pergunta sempre que colocada causava estranheza, se revelou uma pergunta bastante difícil. Mas, talvez por isso mesmo, deva ser perguntada até que se torne sem sentido de tão óbvia.

Com repostas constrangidas ou debochadas ouvia de homens e mulheres, que não, o mar não é masculino. Mulheres pescadoras mais velhas já provaram o contrário. Elas são cotidianamente a parte feminina dessa história ainda que o masculino apareça para reforçar a diferença posta:

Eu não acho. Sabe por que, eu não acho? Porque tem uma mulher a mãe, a tia de Cicrana, Beltrana. Ela pescou a vida toda, tinha dez homens e ela no meio. Ela

pescou a vida toda com os homens, como se fosse homem. Porque a mesma coisa que o homem fazia, ela fazia também. Então não acho que o mar seja só dos homens não, é das mulher também. Basta ter disposição e encarar igual a Bel faz, igual essa Beltrana faz; (*Karina, descascadeira*);

Eu ia pro mercado com meu pai era moleque, eu tinha que ir como se fosse um homem porque aquele mercado cheio de homem você uma menina, meio complicado, né? Aí eu botava calça, botava aqueles casacão, botava boné, ia igual a um moleque macho no mercado com meu pai; (*Karina, descascadeira*);

é muita gente...e agora de uns anos pra cá ainda ficou pior porque agora, agora de uns anos pra cá tem muita mulher trabalhando nisso. Fazendo o que Ciclana e Beltrana faz. Antigamente era muito pouca a maioria era homem; (*Renata, marisqueira*).

Elas conseguiram ocupar um espaço que antes parecia ser mais masculino do que é hoje porque foram se impondo e quebrando algumas barreiras:

em ir pro mar eu não vejo nenhum desfavorecimento pelo lado da mulher, que antigamente a mulher não podia e não tentava, né? (*Renata, marisqueira*);

Então era onde ela tinha dificuldade dela. Hoje em dia não, hoje em dia como a gente pode tudo... (*Renata, marisqueira*)

E é de uma fala masculina o discurso da igualdade de direitos que reconhece que na prática a mulher precisa se impor e lutar para conseguir seu espaço na pesca ou em qualquer outro lugar, atribuindo a ela sua posição social:

É para todos. Eu vejo que a diferença entre homem e mulher é só o sexo, o resto é tudo igual. Sentimento, necessidade, capacidade vai de cada um. Tem homens aí que não tem coragem nenhuma pra fazer nada, vive às custas de alguém (...) e tem mulheres que são dinâmicas, que são empreendedoras que vão à luta supera muitos e muitos homens. Isso vai de pessoa a pessoa; (*Pedro, marisqueiro*);

Ser pai é atividade do homem e ser mãe é atividade da mulher. Aí que tá a diferença da coisa porque você pode ir no mar comigo e matar muito mais peixe do que eu, você pode pilotar um carro dez vezes melhor. É porque as mulheres ficam assim é...é retida naquela coisa arcaica de antigamente..achando que o homem é o sexo supremo, que o homem é superior e fica se limitando porque ela tem que ir pra dentro, tem que invadir, procurar os espaços, a capacidade está dentro do coração da pessoa; (*Pedro, marisqueiro*).

A presença da mulher não está dada, ela precisa ser conquistada. Não é a superioridade do homem que lhes foi e lhes é imposta desde *antigamente* e sim, sua subserviência que impedem avanços em direção à igualdade de gênero. Parece haver um território a ser *invadido* e a tarefa, mais uma vez, recai sobre os ombros exaustos das mulheres. Em tempos onde elas *podem tudo* talvez tenham *disposição* para mais essa luta. Nesse caso, também literalmente, contra a maré.

O território que associa o oceano ao homem e a terra à mulher, valorizando o primeiro em detrimento do segundo aparece na conversa a seguir no momento da pergunta: O mar é

masculino? Vem uma resposta automática e surpresa: *O oceano é masculino, o mar é feminino* (Solange, presidente da Associação).

Se entendermos o oceano como o alto mar, e o mar como sua porção menos profunda, temos a metáfora dessa territorialidade que desvaloriza o último. De “menor valor”, o trabalho das mulheres na praia é menos remunerado.

Confusa com sua resposta ela envolve o marido na conversa: *Na religião Iemanjá é a mãe de todos, o mar eu vejo como feminino, a mãe de tudo.*

A filha adolescente com estranhamento questiona: *Mãe, o mar é mesmo feminino?*

No que ela agora, bastante segura, responde: *Masculino é só o substantivo.*

Porque o mar é feminino para além da (des)crença de que Iemanjá governe suas águas, é feminino em sua força produtiva embora essa não seja reconhecida. Antes o problema fosse apenas o substantivo, a valorização do trabalho das mulheres na pesca artesanal é um processo de luta longo, já em andamento.

Um olhar específico para as condições de trabalho das mulheres no cultivo revela:

Quando eu cheguei aqui que eu vi essa desigualdade, as mulheres trabalhando entrei num choque, entrei num choque (*Solange, presidenta da Associação*);

Vou conseguir expandir essa minha vontade de ver as meninas ter um pouco mais de orgulho próprio. Tá faltando isso. Uma hora alguém vai me escutar! Como é que é? Água mole em pedra dura tanto bate até que fura...(*Solange, presidente da Associação*).

Do cansativo dia a dia de trabalho resta pouco para o engajamento na melhoria de suas condições. Das perspectivas futuras o aprendizado de geração a geração parece ir perdendo seu lugar em função das extremas dificuldades desse modo de vida e do acesso à educação:

As três crianças estudava, mas mesmo assim a gente colocava eles ali, né? Pra já ver o gostinho e hoje todos eles, né?, (*Joana, marisqueira*);

eu não penso muito em ver minhas filhas trabalhando no marisco não. Porque é cruel, é sacrificado. Eu falo pra elas: o tempo que vocês tiverem estudando fazendo um curso vem aqui embaixo descascar um marisco... ganhar um dinheirinho. É ótimo, porque é um dinheirinho pra vocês. E outra a gente tem que saber que serviço, se for serviço digno, todo ele é um serviço, entendeu? Porque você tá trabalhando aqui hoje, mas você tá correndo atrás pra amanhã estar fazendo uma coisa melhor. Mas dizer pra você que eu tenho vontade de ver minhas filhas trabalhando assim...(*Renata, marisqueira*);

Então ninguém que ver o filho, antigamente não, antigamente o pessoal trabalhava no marisco e já tipo assim pensando que o filho quando crescesse ia fazer a mesma coisa. Ia arrancar um marisco, ia saber mergulhar, cozinhar descascar aquela coisa toda, hoje em dia já é diferente. Os anos mudam as cabeças são outras... (*Renata, marisqueira*).

Sobre o significado do marisco se por vezes, ele reproduz um modo de vida, noutras ele aparece como opção atrelada às impossibilidades de acesso à educação, saúde, moradia e direitos trabalhistas. Uma unanimidade é posta em todas as etapas da cadeia produtiva: há falta de reconhecimento e valorização do *marisco*:

É então a vida foi sempre essa, né? Pena que a gente tá distante de estudar, se nós tivéssemos com certeza estaria num bom emprego, né? É um serviço difícil; (*Joana, marisqueira*);

É um meio de trabalho, o mexilhão é um meio de trabalho, é uma fonte pra gente ganhar um dinheiro, é o sustento da gente, né?; (*Bel, marisqueira*);

Acho que a gente vai...Eu vou morrer no mexilhão. Acho que deveria ter mais valor, né? (*Joana, marisqueira*).

O *mexilhão* é um *serviço difícil*, um *meio de trabalho*, é o *sustento da gente* e, sem dúvida, *deveria ter mais valor*. Tem valor, vale muito mais do que se recebe por ele, vale muito mais do que fazem parecer funcionários públicos preconceituosos e o próprio governo quando opta por fortalecer a produção pesqueira industrial e investir em grandes áreas de cultivos. E vale mais do que avaliam alguns maridos, companheiros, filhos e netos. Vale tanto que custa caro nas feiras e restaurantes. Falta reconhecimento e de todas as partes. Porque gênero é essa categoria analítica que perpassa todo o funcionamento do sistema social, mas que reflete no dia a dia das mulheres, as trabalhadoras do mar inclusive, a desigualdade que as fazem ser menos valorizadas.

O tema do reconhecimento tem sido bastante disputado na teoria política. Para alguns autore(a)s o reconhecimento é uma questão de ética e está relacionado às distintas perspectivas das minorias étnicas, raciais e sexuais, assim como a questão de gênero (FRASER, 2007). Há outro(a)s que entendem que a questão da distribuição de recursos resolveria o problema da desigualdade e seriam também suficientes para dar conta do reconhecimento, essa é uma visão reduzida à dimensão econômica e legal.

Para Honneth (2004) a raiz da desigualdade econômica está na ordem cultural. Assim a alteração dessa ordem, que favorece umas formas de trabalho no lugar de outras, preveniria todo tipo de má distribuição. Para ele o reconhecimento é única categoria para a interpretação da sociedade na perspectiva da teoria crítica. Ele entende que os sentimentos de injustiça indicam problemas e uma vez articulados a movimentos sociais têm relevância política.

Para Fraser (2007) tanto redistribuição quanto reconhecimento são necessários para a igualdade entre distintos atores, para tanto ela utiliza um conceito de justiça ampliada. Nesse

caso a motivação não estaria no desrespeito a diferença do(a) outro(a), mas sim em questões de acesso a direitos e de afirmação de identidades grupais supondo que a atuação dos atores sociais nas decisões políticas se dê em função de longo processo de participação.

Fraser defende, se opondo a Honneth, que nem toda ausência de reconhecimento decorre da má distribuição ou de discriminação legal relacionada a ela. Aceitar tal premissa seria para ela adotar uma visão culturalista reducionista da distribuição. A teoria da justiça que ela propõe vai além dos padrões de valoração cultural e examina a estrutura do capitalismo. Distribuição e reconhecimento seriam duas perspectivas sobre justiça que se complementam no que a autora denomina condição ampla de justiça, tendo como conceito central a paridade, ou seja, *a condição de ser um par, de se estar em igual condição com os outros, de estar partindo do mesmo lugar* (p. 118).

De um lado ela defende que a distribuição de recursos materiais deve ocorrer de forma a assegurar a independência e voz dos atores envolvidos, eliminando a desigualdade material e dependência econômica que impossibilitam a paridade de participação, definido por ela como condição objetiva da paridade participativa. Mas há que se considerar também sua condição intersubjetiva relacionada a normas que institucionalizam e desvalorizam algumas categorias de pessoas e as características associadas a elas. As duas juntas determinam a paridade de participação e embasam a concepção de justiça ampla defendida pela autora, compreendendo tanto redistribuição quanto reconhecimento, cabendo aos atores sociais demonstrar que condições atuais os impedem de participar em condições de igualdade com outro(a)s na vida social.

Para ela, não há que se fazer nenhuma escolha entre política de redistribuição ou de reconhecimento, elas não são antíteses, assim como não são política de classe e de identidade ou multiculturalismo e igualdade social. E o feminismo também vira foco de crítica tanto dentro dos movimentos sociais quanto na academia porque defende a redistribuição para o combate da dominação masculina dissociada do reconhecimento da diferença de gênero; ou porque quem interpreta gênero como uma relação social pouco dialoga com o(a)s que o entendem como identidade ou código cultural. Esse seria um exemplo de uma tendência mais ampla que separa a política social da cultural e a política da diferença e a da igualdade.

Fica difícil se opor a Fraser e o seu conceito de justiça ampla pautado na paridade, na posição de estar em igual condição e poder partir do mesmo lugar. A categoria das mulheres na pesca tem reconhecimento legal recente e sua inoperância fica clara quando conseguir o

defeso se torna uma *luta*. Há quem afirme que falta *orgulho próprio* para que as mulheres de Jujuruba possam lutar por melhorias em suas condições de trabalho. Vítimas de preconceitos diversos poderiam assim fortalecer sua *condição intersubjetiva da paridade*. De forma complementar através de políticas de distribuição o enfrentamento de desigualdades econômicas para caminhar em direção à *condição objetiva da paridade*, o trabalho no marisco valorizado com tal deixaria de ser apenas uma *ajuda* no orçamento com o seu valor reconhecido. A inclusão de demandas específicas das mulheres no trabalho da pesca é prioritário para o fortalecimento dessa categoria e da própria atividade pesqueira.

Lamentavelmente o machismo não é específico da atividade pesqueira ele permeia todo o tecido social, atingindo as mulheres de maneira geral e específica quando consideramos diferenças étnicas, de raça, de cor, de idade, de classe e/ou opção sexual. O recorte do trabalho aqui nos serve para pontuarmos desigualdades, mas não para explicá-las. Suas raízes não estão apenas no trabalho, a opressão das mulheres tem construção antiga e reflete relações de poder em todos os âmbitos da vida social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar sobre a atuação das mulheres na cadeia produtiva do marisco não fica difícil afirmar que o mar não é masculino. As mulheres estão presentes na praia e no alto mar, ainda que estejam em maior número mais perto da costa do que de águas profundas. Mas ele é masculino ao considerar que o trabalho do homem tem mais valor do que o das mulheres. Todo(a)s vivem do mar, mas as mulheres em situação pior do que a dos homens. Não à toa ele é, em geral, considerado ambiente masculino.

É importante ressaltar que a vida da pesca artesanal, com os estoques pesqueiros cada vez mais ameaçados, vem sendo afetada de forma abrangente, ainda que se intensifique em áreas urbanas, onde para além da escassez do recurso, há pressão do adensamento da população e ampliação de atividades urbanas que competem com o mesmo espaço da pesca artesanal e o ameaçam ainda mais. A crise no setor pesqueiro tem suas raízes no modelo desenvolvimentista agrícola-exportador e urbano-industrial que prioriza o uso de tecnologias cada vez mais avançadas e favorece a indústria, concentra riqueza, depreda os recursos naturais e expropria o(a)s pescadore(a)s artesanais. A atividade artesanal fica marcada pela informalidade, pela grande oferta de mão de obra e pouco poder econômico e político, pela dificuldade de acesso a financiamentos e escassez de assistência técnica.

Nessa atividade que articula processos sociais e problemas naturais a valorização do papel da mulher na pesca artesanal contribui para o fortalecimento da categoria como um todo. (Re)conhecer a heterogeneidade do grupo de pescadore(a)s, de suas artes de pesca e seus pescados, assim como, as relações que se estabelecem ao longo das diferentes cadeias produtivas e dos ecossistemas em que estão estabelecidas é um desafio que se coloca não só para o movimentos do(a)s pescadore(a)s como para gestores(a)s público(a)s.

Ao retratar o trabalho na cadeia produtiva do mexilhão têm-se elementos que revelam que o trabalho feminino é menos valorizado que o masculino. Ainda que o dia a dia de trabalho no marisco possa parecer harmônico uma vez que o conflito não é colocado pelas mulheres de forma explícita, a desigualdade está posta. Há uma divisão sexual de trabalho na relação com o mar e as mulheres, geralmente perto da costa, ainda que façam tarefas importantes acabam por ter parte de seu trabalho invisibilizado. A violência está dentro das relações de poder e essas aparecem nas interações com atores distintos, no grupo familiar, no grupo de marisqueiro(a) e pescadore(a)s, nos escritórios do poder público onde se discutem leis ou se negam registros e outros direitos já conquistados. O poder estabelecido se naturaliza

no discurso de homens e mulheres e confundem-se diferenças sexuais com diferenças de gênero, essas últimas surgem exatamente para romper com a naturalização de diferenças biológicas, do *leve* e do *pesado*, da realidade social e da sua construção. Os corpos e suas diferenças são acionados para justificar ordens sociais ou seus fenômenos que não têm nenhuma relação com a sexualidade. Dessa forma, hierarquias se impõem baseadas em generalizações supostamente naturais entre homem e mulher, entre feminino e masculino. O mar não tem sexo, mas mesmo que tivesse não seria motivo para diferenciar o valor do trabalho realizado por homens e mulheres, pela *gente do mar*.

Descascar marisco é trabalho quase que ‘exclusivo’ feminino e vale menos. Se os homens o fizessem teria o mesmo valor? Não, ele seria resignificado, pois não cabe ao sexo masculino fazer o trabalho menos remunerado. Nem na pesca, ou no campo, ou na cidade. A assimetria posta na divisão sexual do trabalho reflete assim as desigualdades de uma construção social que insiste em colocar a mulher em condição subalterna, mas elas estão em disputa. As pescadoras artesanais reafirmam sua pauta de luta por respeito e reconhecimento, pela ampliação de acessos à formalização de seu trabalho, assim como, às políticas públicas. Parece que mesmo que contempladas por lei o acesso ao mar, assim como a terra, ainda são prioridades masculinas.

A implantação do cultivo em Jurujuba fortaleceu a atividade para um grupo de famílias que, de forma geral, já vivia da atividade, além de se transformar em alternativa para outro(a)s. A produção em regime familiar ou por laços de parentesco e/ou vizinhança ganhou visibilidade e ampliação de mercado o que garante a venda do produto. Ainda que menos incerto, o preço recebido pelo quilo do produto é baixo e instável e controlado por atravessadore(a)s. A ampliação da atividade pode gerar ou acirrar conflitos de uso, além de exercer maior pressão sobre o ambiente já bastante debilitado.

As mulheres de Jurujuba já trabalham em todas as etapas da cadeia produtiva do marisco, já sabem que *hoje em dia as mulheres podem tudo*. Falta-lhes ainda a posição de “estar em igual condição”, em “paridade” pra reverter ou deslocar a ordem machista que as torna desiguais. Quando as falsas dicotomias homem/mulher, mar aberto ou alto mar versus baía e águas costeiras não funcionam é que se abrem possibilidades para outros jeitos de estar e ser no mundo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. *Justiça Ambiental - novas articulações entre meio ambiente e democracia*. In: IBASE/CUT/IPPUR Movimento Sindical e Defesa do Meio Ambiente, Rio de Janeiro/RJ, série Sindicalismo e Meio Ambiente nº 3, 2000, p. 7-12.

AMADOR, E. S. *Baía de Guanabara: um balanço histórico*. In: ABREU, M. de A. *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ed. Biblioteca Carioca, 1992, p. 201-258.

ANDERSON, Alexandre. *Resistencia d@s pescador@s na Baía de Guanabara*. Disponível em: [http://virusplanetario.net/2012/06/08/resistencia-dos-pescadores-da-baia-de-guanabara/?utm\\_source=rss&utm\\_medium=rss&utm\\_campaign=resistencia-dos-pescadores-da-baia-de-guanabara](http://virusplanetario.net/2012/06/08/resistencia-dos-pescadores-da-baia-de-guanabara/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=resistencia-dos-pescadores-da-baia-de-guanabara). Entrevista à EPSJV/Fiocruz na Cúpula dos Povos/Rio+20, 2012.

ANDRADE, E. P.; WERNESBACH, M. L. A. *Construções sociotécnicas no espaço da pesca nacional: alcance e impacto comunitário das políticas públicas*. NEICT – Núcleo de Estudos em Inovação, Conhecimento e Trabalho - UFF, 2001.

BECK, A. M. *Pertence à mulher: Mulher e trabalho em comunidades pesqueiras do litoral de Santa Catarina*. Revista de Ciências Humanas, vol.7, nº10, 1991, p. 8-24.

BEZERRIL, G. *Trabalho no mangue: Os saberes e a busca por valorização das marisqueiras de Fortim – Ceará*. Cadernos do LEME, Campina Grande, vol. 4, nº 1, Jan./Jun, 2012, p. 5 – 33.

BUTTLER, J. *O Parentesco é sempre tido como Heterossexual?* Cadernos Pagu nº 21, 2003, p. 219-260.

BRUMER, A. *Gênero e agricultura: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul*. Estudos Feministas, Florianópolis, vol.12 nº1, jan/abr, 2004, p. 205-227.

CARNEIRO, M. J. *Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero*. Estudos Sociedade e Agricultura, vol.2, jun., 1994, p. 11-22.

CARDOSO, E. S. *Pescadores artesanais, natureza, território, movimento social*. Programa de Pós Graduação em Geografia Física. Universidade de São Paulo (tese de doutorado), 2001, 143 p.

DIAS, A. P.; SOUZA, A. A.; MAIA, A. B.; BERZINS, F. A. J. *Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj): Impactos socioambientais, violação de direitos e conflitos na Baía de Guanabara*. Revista Ética e Filosofia Política, vol.1, nº16, jun., 2013, p. 151-175.

DIEGUES, A. C. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*, São Paulo, Ática, 1983, 287 p.

\_\_\_\_\_, *Povos e Mares: Leituras em Socioantropologia Marítima*, São Paulo, Ed. Nupaub, 1º edição, 1995, 269 p.

\_\_\_\_\_, *A Socioantropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil* Etnográfica, vol. 3, n°2, 1999, p. 361-375.

DUARTE, L. F. D. D. *As Redes do Suor: a Reprodução Social dos Trabalhadores da Produção do Pescado em Jurujuba, Rio de Janeiro*, EdUFF, Niterói, RJ, 1999, 289 p.

ECOMAR. *Caracterização da Atividade Pesqueira no Entorno das Ilhas Cagarras, Rio de Janeiro. Relatório Final*. Convênio SEAP n° 045/07, 2009, 274 p.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L.; *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*; tradução Vera Ribeiro; Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar 2000, p.121-133.

EPAGRI, *Malacocultura em Santa Catarina: maricultores, extensionistas e pesquisadores apontam demandas e problemas*. Panorama da Aquicultura, jan/fev, 2011, p. 35-41.

FERNANDES F. C. *Aspectos biológicos e ecológicos do mexilhão Perna perna (Linné, 1758), da região de Cabo Frio, Brasil*. (Tese de Doutorado) - Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1981, 91 p.

FERRAZ, G. M. *Aspectos socioambientais de áreas com potencialidade aquícola no município de Niterói-RJ*. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense, (dissertação de mestrado) 2006, 116 p.

FRASER, N. *Reconhecimento sem ética?* In: Teoria crítica no século XXI. SOUZA, J. & MATTOS, P. (orgs.) Ed. Annablume, 2007, p 113-140.

GARCEZ, D. S.; SÁNCHEZ, J. I. *Comunidades de Pescadores Artesanais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil*. Atlântica, vol. 27 n°1, Rio Grande, 2005, p 17-29.

GEERTZ, C. *Do ponto de vista dos nativos*. In: O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997, p.85-107.

HONNETH, A. *Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade*. In: Teoria crítica no século XXI. SOUZA, J. & MATTOS, P. (orgs.) Ed. Annablume, 2004, p 79-94.

KANT de LIMA, R.; Pereira, L. F. *Pescadores de Itaipu. Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. EdUFF, Niterói, 1997, p.331.

KUMAR, K.G. (ed.) *Gender Agenda: Women in fisheries*. A collection of articles In: SAMUDRA Report, India, International Collective in Support of Fishworkers, ICSF, 2004. 91 p.

LAGE, H.; JABLONSKI, S. *Mussel Perna perna extraction and commercialization in Guanabara bay, Brazil*. Revista Atlântica, vol. 30, n°2, Rio Grande/RS, 2008 p. 161-169.

MAIA, M. B. R. *Do defeso ao seguro desemprego do pescador artesanal: a inclusão do pescador nas políticas públicas de seguridade social*. Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (dissertação de mestrado), 2009, 94 p.

MAGALHÃES, R. S. A “masculinização” da produção do leite. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, RESR, Piracicaba, SP, vol. 47, nº 01, jan/mar 2009, p. 275-300.

MAGALHÃES, A.; FERREIRA, J. *Mexilhões: biologia e cultivo*. UFSC, Florianópolis, Polígrafo, 1997, 58 p.

MALDONADO, S. C. *Pescadores do mar*. São Paulo, Ed. Ática, 1986, 77 p.

MANESCHY, M. C. *A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia, vol. 11, nº 2, Belém/PA, 1995, p. 145-166.

MANESCHY, M. C.; Siqueira, D.; Alvares, M. L. M. *Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento*. In: Estudos Feministas, vol. 20, nº3, Florianópolis/SC, set/dez 2012, p. 713-737.

MANESCHY, M. C. *Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará*. In: Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Neves, D. P. & Medeiros, L. S. (Orgs).– Niterói, Ed. Alternativa, 2013, p. 41-64.

MARQUES, H. L. A.; BORDON, I. C. A. C.; ALVES, J. L.; MEDEIROS, A. M. Z. M. *Produção de mexilhões jovens (sementes) por maricultores da praia da Cocanha, Caraguatatuba (SP)* Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária Dez. 2008, p. 86-92.

MARTINS, M. C. *Saberes na ilha de Itaoca: a roda de siri - entre o mundo do trabalho e as memórias de infância*. Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal Fluminense (tese de doutorado), 1995, 263 p.

MELO, M. F. N. *Políticas públicas entre pescadoras artesanais: invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo*. Fazendo Gênero 8, Florianópolis, ago., 2008, 7 p.

MELO, M. F. N.; LIMA, E. S.; STADTLER, H. H. C. *E pescadora pesca? Reprodução da hierarquia dos gêneros entre pescadoras artesanais*. II Seminário Nacional gênero e práticas culturais. Culturas leituras e Representações. João Pessoa, out. 2009. Disponível em: <http://www.itaporanga.net/genero/index2.html>

MENACHE, R. *Capinar: verbo conjugado no feminino? Notas de pesquisa sobre gênero e percepções de risco na agricultura familiar*. Pontifícia Universidad Javeriana, Cuadernos de Desarrollo Rural, Bogotá, Colômbia, nº 53, 2005, p. 25-36.

MESQUITA, B. J. P.; LIRA, L.; MAIA A. L. S. *Pescadores Urbanos da Zona Costeira do Estado de Pernambuco*, Brasil Bol. Inst. Pesca, São Paulo, vol. 39 nº2, 2013, p. 93-106.

MOTTA-MAUÉS, M. A. *Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil*. Etnográfica, vol. 3, n° 2, 1999, pp. 377-399.

OLIVEIRA, N. M. de, *Rainha das águas, dona do Mangue: Um estudo sobre o trabalho feminino no meio ambiente marinho* – Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Campinas vol. 10, n° 1/2, 1995, p. 71-78.

PAULILO, M. I. S. *O Peso do Trabalho Leve*. Departamento de Ciências Sociais- UFSC Revista Ciência Hoje- n° 28, 1987.

Disponível em: <http://nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>

\_\_\_\_\_, *Maricultura e território em Santa Catarina – Brasil*. Revista Geosul, Florianópolis, v.17, n.34, jul./dez. 2002, p 87-112.

PAULILO, M. I. S.; BONI, V. *Maricultura e agricultura familiares: um recorte de gênero*. I Jornada CINIG de Estudos de Gênero e Feminismos. Teorías y políticas: desde el Segundo Sexo hasta los debates actuales. Out., 2009, 7 p.

PIERRI, N.; AZEVEDO, N. T. *Making their Voices Heard: Report/Brazil*, 2010. Disponível em: <http://www.icsf.net/en/yemaya/detail/EN/1651.html?detpag=mapart>

RAMALHO, C. W. N. *Ah esse povo do mar! Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*, Ed. Polis e Ceres/UNICAMP, São Paulo, 2006, 176 p.

RITTER, P. D. *Da roça ao mar: estudo de uma comunidade de marisqueiros em Jurujuba Niterói, RJ*. Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social – EICOS. Instituto de Psicologia, UFRJ (tese de doutorado), 2007, 242 p.

ROLDAN O. F. M. & CHRISTENSEN E. V. *Desenvolvimento econômico local: Geração de Emprego, Renda e Qualificação Profissional: Estudo de caso da Associação Livre de Maricultores de Jurujuba – Niterói, Rio de Janeiro*, 2004.

SCOTT, J. *Gênero como uma categoria de análise histórica*. Educação e Realidade. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 20, n.º 2, jul./dez, 1995., p. 71-19.

SEAP/PR, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Memória do I Encontro Nacional das trabalhadoras da Pesca e Aquicultura: Rumo à superação das desigualdades sociais. Brasil, 2004.

SEAP/PR, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, *A mulher invisível: sobre o papel da mulher na pesca artesanal* COPAR/DIDEP/SUDAP/SEAP/PR Brasília, 2005.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2002, 460p.

SILVA, M. A. de M. *Camponesas, fiandeiras, tecelãs, oleiras* in: Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Neves, D. P. & Medeiros, L. S. (Orgs.) – Niterói Ed. Alternativa, 2013, p. 163-183.

SILVA, C. A. da, *Território usado, economia e pesca artesanal: desafios contemporâneos para pensar a gestão urbana*. XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur). RJ, maio, 2011.

SILVA, P. A.; VALENÇA, M.; CAVA, F.; SÁTYRO, M.; OLIVEIRA, P.C.; WALTER, T. *Diagnóstico Participativo do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira – PCAP, Bacia de Pernambuco-Paraíba*. Relatório técnico, NAV Oceanografia ambiental, Rio de Janeiro, RJ, ago., 2011, 189 p.

SILVA, L. G. *Caiçaras e Jangadeiros. Cultura marítima e modernização no Brasil (1920-1980)* NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras - USP - Série Documentos e Relatórios de Pesquisa n.º1, SP. 2004, 86 p.

SOARES, D. G. *Pescadores e Petrobras: Ação Coletiva e Justiça Ambiental na Baía de Guanabara*. Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade disponível em: [www.uff.br/revistavitas](http://www.uff.br/revistavitas) N° 3, jun, 2012, p.

SOARES, M. T. C.; LIMA, G. B. A. & BRANDÃO, A. A.P. *Degradação socioambiental: a crise da atividade pesqueira em Jurujuba, Niterói/RJ*. Revista Pesquisa e Desenvolvimento Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, vol.4, 2005, p. 39-54.

SUÁREZ, M. *A problematização das diferenças de gênero e a antropologia*. In: Gênero e Ciências Humanas – desafios às Ciências desde a perspectiva das mulheres, AGUIAR, N. (org.). Ed. Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, RJ, 1997, p. 31-48.

STADTLER, H. H. C. *Mulheres na pesca artesanal de Pernambuco: políticas sociais e ambientais do litoral ao sertão*. Fazendo Gênero 9, Diásporas, Diversidades e Deslocamentos, Florianópolis, 2010, p 1-9.

STOLCKE, V. *Es El Sexo para el Género como la Raza para la Etnicidad?* Cadernos para el Debate n°6. Programa de Investigaciones Socioculturales en el Mercosur. Instituto de Desarrollo Económico y Social. IDES, 1999, p.

TEIXEIRA, M. G. C.; BESSA, E. S. *Estratégias para compatibilizar desenvolvimento econômico e gestão ambiental numa atividade produtiva local*. Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v.13, 2009, p. 1-18.

WALTER, T.; PETRERE Jr., M. *The small scale urban reservoir fisheries at Lago Paranoá, Brasília, DF, Brazil*. Brazilian Journal of Biology, vol. 67, 2007, p 9-21.

WOORTMANN, E. F. *Da Complementaridade à Dependência: Espaço, Tempo e Gênero em Comunidades “Pesqueiras” do Nordeste*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, 1992, p. 41-61.

**ANEXO 01 - Tabela 01- relação do(a)s entrevistado(a)s**

	<b>Perfil</b>	<b>Situação de trabalho</b>
Joana	53 anos, quando consegue faz o curso noturno de Educação para jovens e adultos na igreja Batista local. Trabalha no mexilhão desde os 12 anos, aprendeu com o irmão.	Tem carteira de pescadora, recebe seguro defeso e trabalha com sua família (irmã e marido) e vende sua produção, geralmente, para à ALMARJ. Participa de todas as etapas da produção.
Bel	55 anos, solteira, marisca desde os 11 anos, aprendeu com o tio quando saiu do trabalho doméstico.	Tem carteira de pescadora, recebe seguro defeso e trabalha com sua família (irmã e cunhado) e vende sua produção, geralmente, para à ALMARJ. Participa de todas as etapas da produção.
Renata	36 anos solteira, duas filhas.	Arranca, planta e dá apoio ao cozimento do mexilhão. Não tem carteira de pescadora.
Andréa	57 anos, casada, três filhos. Sempre trabalhou no mexilhão, agora doente, trabalha esporadicamente.	Não possui carteira de pescadora. Trabalhava em todas as etapas da produção, hoje, descasca eventualmente.
Carol	37 anos, solteira, dois filhos.	Descasca o mexilhão temporariamente e não tem carteira de pescadora.
Karina	32 anos casada, dois filhos. Filha de marisqueiros.	Hoje descasca, mas já atuou em diversas etapas com o pai. Esporadicamente cata com o marido. Não tem carteira de pescadora.
Solange	52 anos, casada, uma filha, presidenta da Associação de Mulheres e Povos das Águas.	Já teve espinhel hoje não trabalha mais com marisco.
Pedro	60 anos marisqueiro, casado três filhos. Sempre trabalhou no mexilhão.	Participa de todas as etapas da produção. Possui carteira de pescador.